

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 045

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Senhoras e senhores, bom-dia!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a Audiência Pública com a finalidade de discutir a questão do desarmamento e sobre o referendo da proibição de venda de armas de fogo e de munição no Brasil.

Convido para fazer parte da Mesa o Exmº Sr. Francisco Faiad, Presidente da OAB de Mato Grosso (PALMAS); Dr. José Simione, Juiz do TRT (PALMAS); Exmª Srª Deputada Verinha Araújo (PALMAS); Cel. PM Orestes Teodoro de Oliveira, Secretário-Chefe da Casa Militar (PALMAS); Sr. Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral (PALMAS); Dr. Hélio Ramos, Presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB (PALMAS); Cel. Carlos Estevão, Secretário-Adjunto de Segurança Pública, neste ato representando o Secretário Célio Wilson de Oliveira (PALMAS); Dr. Antônio Carlos Kersting Roque, vice-Presidente do Tribunal de Defesa da Prerrogativa da OAB (PALMAS); Dr. Noi Sheffer, Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Educação (PALMAS).

Composta a Mesa, convido a todos para ouvirmos Hino Nacional Brasileiro.
(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

A SRª NÁDIA BIANCARDINI - Queremos agradecer a presença do Sr. Benedito Daltro, Presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso; da Srª Valéria da Costa Marques Vuolo, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; do Sr. Márcio Duarte Franco, representante da Federação Mato-grossense de Tiro; do Sr. Enzo Ricce Filho, Advogado Presidente da Associação de Armas e Munições; da Srª Gláucia Correia, representante do Conselho Estadual de Entorpecentes; da Srª Odilza Ciro Sampaio, representante da Associação dos Familiares de Vítimas de Violência em Mato Grosso; do Sr. Marcos César José de Flores, Advogado; do Sr. Major Wilson Batista; da Srª Gisele Maria Revelis, Advogada; do Sr. Marcos Paulo Vieira, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; do Sr. Oscar Francisco Alves, Empresário; da Srª Valéria da Corte Rossi, Médica Legista; do Sr. Gilson de Barros, Jornalista e Advogado; do Sr. Ralmax Vantoil, Estudante; da Srª Nadir Martins da Mata, Estudante; do Ten. da Polícia Militar Ricardo; do Sr. Mário da Rocha Frade, representante do Clube de Tiros; do Sargento Reinaldo Fernando Ramos da Polícia Militar; do Sr. Carlos Alberto Gonçalves, Presidente do Conselho de Segurança do Coxipó; da Srª Luzia Marques Costa, do Conselho da Companhia de Polícia do Planalto; do Sr. Alinor Antônio da Costa, Professor; do Cel. Moisés Cipriano Dias, representante de Defesa e Cidadania da Prefeitura de Cuiabá; do Sr. Adão Flores, Procurador Federal aposentado; do Sr. Geraldo Régis de Lima, representando a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz; e dos demais presentes.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a finalidade de discutir a questão do desarmamento e do referendo sobre a proibição de venda de armas de fogo e munição no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Brasil, é que estamos aqui, institucionalmente, no fórum adequado para discutir essa questão tão importante para todos nós, que é a Ordem dos Advogados do Brasil.

Queremos, de antemão, agradecer ao Dr. Faiad por esta acolhida e a presença dos senhores e das senhoras.

O Brasil, com apenas 2,8% da população mundial, responde por cerca de 7% dos homicídios por arma de fogo do mundo, superando Países tradicionalmente violentos como a Colômbia, El Salvador e África do Sul, segundo estudo da Organização das Nações Unidas - ONU.

Em 2002, 38.088 pessoas foram vítimas de armas de fogo, seja por homicídio, suicídio ou condições acidentais. Entre os homicídios, 83,39% são cometidos por armas de fogo, o que nos coloca num triste primeiro lugar entre os 69 Países pesquisados, desenvolvidos ou não.

O Sistema de Informação de Hospitalização do Ministério da Saúde registrou 19.519 internações hospitalares, em 2002, por causa da agressão por armas de fogo. Deste total, 42% foram jovens entre 15 e 24 anos.

Essa mesma faixa etária de brasileiros registra a maior taxa mundial de morte por 100 mil habitantes, segundo a UNESCO.

A pesquisa concluiu que cada internação por arma de fogo custa em média R\$5.564,00 ao Sistema Único de Saúde - SUS.

De acordo com estudo feito pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), há cerca de 17 milhões de revólveres, fuzis, metralhadoras e até garruchas circulando pelo País. Destas, pelo menos 8,7 milhões não são cadastradas.

Diante desses fatos, a sociedade começou a se organizar e a pressionar as autoridades para tentar mudar este quadro. Fruto dessa mobilização, a Campanha do Desarmamento teve início no dia 15 de julho de 2004. Desde então, já foram entregues 322.057 armas, de acordo com dados da Polícia Federal.

Os defensores do desarmamento apresentam dados que demonstram a violência que impera em todo mundo:

- a cada treze minutos um brasileiro é assassinado no Brasil;
- um cidadão armado tem 57% mais chance de ser assassinado que os que andam desarmados;

- a cada 07 horas uma pessoa é vítima de acidentes com arma de fogo no Brasil;
- o Brasil é o país onde mais se mata com arma de fogo no mundo;
- um jovem brasileiro tem 4,5 vezes mais chances de morrer que o restante da população;

- 09 entre cada 10 homicídios são praticados com arma de fogo no país;
- em São Paulo, quase 60% dos homicídios são cometidos por pessoas sem histórico criminal e por motivos fúteis;

- no Rio de Janeiro, um em cada dois jovens que morrem é vítima de arma de fogo;

- as armas de fogo provocam um custo ao SUS de mais de 200 milhões de reais;
- a violência consome 10,5% do PIB na América Latina;
- das armas apreendidas pela polícia no Rio de Janeiro, mais de 80% eram brasileiras e 90% de calibre permitido, ou seja, mesmo que o bandido não compre armas em uma loja, são armas que entram de forma legal as mais utilizadas para roubar e matar em nosso país;

- nos EUA, para cada vez que um cidadão usa uma arma de fogo para matar em legítima defesa, houve 131 casos de assassinatos, suicídios e acidentes envolvendo armas;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

- a chance de uma mulher morrer assassinada com arma pelo marido ou amante é duas vezes maior que por um desconhecido;

- quem tem arma em casa tem quase 3 vezes mais chances de morrer em um assalto que os que estão desarmados;

- as grandes cidades, onde estão concentradas as armas de fogo, detêm a maioria dos homicídios.

Outro desdobramento importante foi a aprovação pelo Congresso do Estatuto do Desarmamento, em dezembro de 2003, e a posterior realização de um referendo popular, no próximo dia 23 de outubro, no qual a população decidirá se apóia ou não a proibição da comercialização de armas e munição no País. A campanha gratuita do referendo tem início no próximo dia 23 de setembro, no rádio e na televisão, e termina no dia 20 de outubro. O voto é obrigatório para as pessoas que têm entre 18 e 70 anos.

Se por um lado existem os segmentos que defendem o desarmamento, por outro lado, existem os que são contra o desarmamento. Para demonstrar o ponto de vista dessa tendência, citaremos rapidamente aqui o manifesto do MV-Brasil:

“Quanto mais corrupto um Governo, mais leis contra a posse de armas” - Cornélio Tacitus, historiador romano, 116 DC (PALMAS).

A observação da marcha do tempo e da história nos permite saber que quase todos os governos totalitários tentaram desarmar seus cidadãos. O desarmamento sempre precedeu o genocídio, os massacres e a perseguição política. Tal como no Brasil, em todos esses países a desculpa para o desarmamento sempre foi controlar a criminalidade e a violência. Segundo estudos do criminologista Gary Kleck, as armas de fogo em poder do cidadão de bem evitam quatro vezes mais violência que causam.

Existe uma colossal quadrilha financeira internacional privada que objetiva o desmonte das nações para submetê-las a uma escravidão direta. Eles querem encontrar os povos desarmados para que não haja resistência.

Em nosso país, a campanha para o desarmamento civil começou no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, quando este recebeu ordens para executá-lo numa visita à Inglaterra. Várias instituições e governos estrangeiros têm patrocinado a campanha para desarmar o povo brasileiro. O governo inglês, por exemplo, ao mesmo tempo em que massacra iraquianos, doa anualmente 1,5 milhão de reais para o Viva Rio, que promove a campanha de desarmamento. O governo Lula, que segue a política econômica neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, também se submeteu covardemente a mais essa imposição estrangeira. Os causadores da violência e da fome tentam enganar o povo brasileiro sobre os reais motivos causadores dos problemas que estamos enfrentando, como pagamentos de juros de dívidas que não existem e políticas econômicas impostas por organismos e corporações internacionais que inviabilizam nosso projeto de nação.

Observem que os grupos que pedem o desarmamento são os mesmos que fazem campanha para acabar com as Forças Armadas e movem sórdida propaganda de descrédito contra elas.

O Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, diz claramente que o objetivo da campanha não é desarmar os criminosos, mas sim o homem de bem. É fácil entender por quê: bandidos não têm opinião política. Bandidos não fazem revoluções ou contra-revoluções. Bandidos não oferecem resistência a um invasor estrangeiro. O objetivo do desarmamento é atingir o cidadão consciente, aquele que faz parte de uma associação, uma igreja, um partido político. É esse cidadão que deve ser desarmado, pois ele é participante, formador de opinião e tem capacidade de liderança – ele é o perigo!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Brasileiro, não se deixe iludir! O desarmamento civil não diminuirá a criminalidade ou a violência. Bandidos não compram armas em lojas nem pedem licença para portá-las. Muito pelo contrário, quanto mais se desarma o cidadão, mais os bandidos ficam ousados. Quando não houver mais nenhuma arma de fogo nos lares do país, ninguém mais dormirá em paz em sua própria casa. Por estes motivos, mesmo que você não queira ter armas, não abra mão desse direito.

Lute por sua segurança! Diga NÃO ao desarmamento do povo brasileiro! Se a democracia é o governo dos homens e das mulheres livres e conscientes, estes devem poder ter armas. Quem garante que você não precisará de uma arma para defender a sua família e a soberania de seu país?

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2005.

Conselho dos 12 do MV-Brasil.”

Essas são as duas vertentes sobre essa questão.

E a Assembléia Legislativa quer ouvir os segmentos, quer ouvir a sociedade, e vamos começar ouvindo o Presidente da OAB, Dr. Francisco Faiad.

O SR. FRANCISCO FAIAD – Sr. Deputado Humberto Bosaipo, que dirige esta Audiência Pública; senhores e senhoras que compõem a Mesa e que estão presentes a este evento:

Gostaria, inicialmente, de deixar claro que a Ordem dos Advogados do Brasil, enquanto Instituição, não emitirá nenhum juízo de valor, seja a favor ou contrária a lei que se discute o desarmamento no país.

A Ordem dos Advogados do Brasil manter-se-á imparcial nesta discussão enquanto Instituição, até porque sabemos dos argumentos que são despendidos, tanto por aqueles que defendem o desarmamento como por aqueles que são contra o desarmamento. Internamente, dentro da própria Instituição OAB, existem manifestações apaixonadas, inclusive, tanto de um lado quanto de outro.

Nós sabemos, por exemplo, que o nosso Presidente Nacional da Ordem, Dr. Roberto Buzato, é a favor da lei do desarmamento, mas já o seu vice é contrário à lei que se pretende discutir no próximo dia 23 de outubro, que se pretende votar no dia 23 de outubro, Dr. Aristóteles Ateniense. Na mesma forma, os conselhos estaduais estão divididos entre aqueles que apoiam e aqueles que rejeitam o desarmamento. Por isso a OAB não emitirá nenhum juízo institucional, sua posição institucional a respeito desse referendo. Mas o que nós pretendemos, e este, sim, é uma posição unânime da nossa instituição, é que haja uma discussão profunda à respeito da questão. Nós estamos há dois meses desse referendo, menos de sessenta dias, dia 23 de outubro, e o que estamos observando é que não há uma campanha de esclarecimento, não há discussão, não há o debate entre aqueles que vão votar no dia 23 de outubro. Por isso, eu cumprimento a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso por realizar esta Audiência Pública e por iniciar essa discussão no nosso Estado. Nós entendemos que o cidadão, no dia 23 de outubro, quando for à cabine de votação, deve estar consciente do seu voto, seja pelo sim ou pelo não, mas que vote conscientemente e não através de campanhas que, muitas vezes, em razão de *marketing*, induzam ao voto sim ou induzam ao voto não.

Então, a nossa preocupação é essa, e, por isso, ficam aqui registrado os meus cumprimentos à Assembléia Legislativa por esta Audiência Pública, e a OAB sente-se orgulhosa de ter sido consultada sobre a possibilidade de cessão deste plenário, este plenário existe exatamente para isso, não é apenas para discutir os assuntos internos da advocacia, mas também os assuntos de interesse da nossa sociedade. E, tenho certeza que haveremos de correr muito durante esses sessenta dias para levar essas discussões ou esta discussão aos locais mais distantes, aos locais mais afastados

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

da informação para que no dia 23 de outubro nós tenhamos a participação do eleitorado e uma participação consciente.

Eu jamais deixaria, Deputado Humberto Bosaipo, Deputada Verinha Araújo, Deputado Nataniel de Jesus, de manifestar o meu posicionamento pessoal, enquanto cidadão, enquanto posição individual. Sou favorável ao desarmamento porque não acredito que o uso de armas, seja por quem quer que seja, possa diminuir a violência. Acho que armas só existem exatamente para fomentar a violência, não há outro sentido na existência de armas se não a prática de violência. Talvez digo isso por nunca ter usado uma arma, por não saber atirar, por não gostar de armas. Talvez seja um posicionamento individual nesse sentido.

Então, eu tenho meu posicionamento pessoal, individual, que, volto a dizer, não é da instituição, até porque, talvez, institucionalmente, dentro da própria Ordem dos Advogados, a posição contrária possa até ser majoritária, não sei, mas o meu posicionamento pessoal é que a posse de armas por cidadão de bem, tenho certeza que não ajuda a diminuir a violência, pelo contrário. E a posse de armas por pessoas que escolheram a bandidagem como modo de vida é competência do Estado desarmá-la e aí o que nós devemos, penso eu, é fortalecer o sistema de Segurança Pública de nosso país, do nosso Estado e do nosso Município.

Hoje, sem nenhum demérito à pessoa do Secretário de Segurança Pública, é que entendo como capaz, porque entendo como responsável, mas o próprio Governador hoje diz nos meios de comunicação de nosso Estado que a segurança pública em nosso Estado de Mato Grosso passa por problemas, e concordamos com ele. Nosso sistema penitenciário não é um sistema de segurança máxima, é de segurança mínima, nós estamos dizendo isso constantemente, mas o investimento na segurança pública é que certamente fará com que a bandidagem seja desarmada, ao contrário do cidadão de bem, que penso que deveria entregar as suas armas.

Posição pessoal minha, respeitando, obviamente, todas as posições contrárias, até porque, volto a dizer, esta posição pessoal talvez se deva à minha formação de nunca ter usado, nunca ter gostado e nunca ter tido uma arma sequer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns pela iniciativa. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Registramos a presença do Deputado Nataniel de Jesus, que está a Mesa, e do Deputado Carlos Brito, que acaba de chegar.

Vamos ouvir o Dr. Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral.

O SR. MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO - Deputado Estadual Humberto Bosaipo, Dr. Faiad, em nome do qual eu cumprimento todos os componentes da Mesa, Advogados aqui presentes, Imprensa em geral, Senhoras e Senhores.

Inicialmente, também gostaria de compartilhar com as palavras do Dr. Francisco Faiad com relação à organização desse evento. Realmente, já passou da hora de nós estarmos discutindo a realização desse referendo, porque estamos aí a menos de sessenta dias de sua realização.

Para nós, da Justiça Eleitoral, é um procedimento normal como toda e qualquer eleição. O voto é obrigatório, a convocação dos mesários é obrigatória. Nós vamos ter tempo na rádio, na televisão, vamos ter debates, enfim, todo procedimento de urna eletrônica, transporte de urnas, treinamento de juízes, treinamento de mesários, tudo isso está sendo feito como uma verdadeira eleição.

O único diferencial é com relação ao calendário. Enquanto numa eleição normal trabalharíamos com um prazo de 12 meses, agora, para o referendo, que foi aprovado de última hora

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

pelo Congresso Nacional a sua realização, nós estamos com um calendário reduzido de três meses para a efetiva realização do referendo.

Com relação a esses prazos, além de reduzidos, nós temos também o orçamento muito reduzido com relação a uma eleição normal.

Só para termos uma idéia, na eleição de 2004 o orçamento para o pleito de 2004, do TRE de Mato Grosso, foi na ordem de seis milhões, seis milhões e duzentos. Para este ano, para o referendo, nós estamos trabalhando com 35% desse valor que foi gasto no ano passado. Então, nós temos dois milhões e cem mil reais para estar gastando para essa realização do referendo.

É preciso destacar a importância, realmente, desse evento. Nós estamos deixando muito em cima, deixando para a rádio, para a televisão, e nós, na base aqui, formadores de opinião, realmente, esse eu acredito que seja um passo inicial para que daqui por diante possamos fazer mais debates nesse sentido.

O Desembargador Paulo Lessa, Presidente do TRE, infelizmente não pôde comparecer neste evento por questões de saúde, sofreu uma pequena cirurgia, mas também compartilha desse entendimento de que a sociedade está mais do que na hora de fazer esse debate, até porque a realização desse referendo estará custando para a Nação em torno de trezentos milhões de reais. Então, não podemos brincar de que só a rádio e a televisão vão formar as opiniões para o voto no dia 23 de outubro.

Com relação à realização efetiva, o Tribunal está adotando todas as providências, estamos em fase dos procedimentos finais, licitatórios, enfim... Começamos nesta semana reuniões com juízes eleitorais de todos os estados. Na segunda-feira, agora, fizemos reunião com juízes do pólo de Cuiabá; terça-feira, agora, seguinte, estaremos fazendo reunião com o pólo de Cáceres; e até o dia 20 de setembro fecharemos o ciclo de debates com todos os juízes eleitorais, a Diretoria Geral do Tribunal, a Presidência do Tribunal, e estamos com dois juízes auxiliares exclusivos para esses trabalhos, principalmente com relação à propaganda partidária, à propaganda das frentes parlamentares, enfim, todos esses trabalhos estão sendo feitos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Uma das coisas que nós estamos mais frisando é a questão da diferença, até porque sai muito veiculado nos órgãos de imprensa a diferença entre o referendo e o plebiscito. Muitos confundem o que é referendo do que é plebiscito.

Então, realmente, é chegada a hora de trabalharmos com o referendo. Até no convite que nós recebemos por telefone foi falado: “Olha, você toparia participar dos debates sobre o plebiscito do referendo?” Então, é hora de nós realmente traçarmos uma linha diferenciando plebiscito de referendo.

O referendo... Já existe uma lei tratando da questão do desarmamento, e essa lei depende do referendo da população para que, realmente, se efetive, para que, realmente, entre em vigor. Já o plebiscito é aquela consulta prévia para depois nós fazermos a edição de uma lei.

Então, nós já temos uma lei, e nesse determinado aspecto com relação à comercialização de armas é que a população está sendo consultada, ver se a comercialização de armas vai ser proibida ou não no Brasil.

Nós já tivemos o sorteio, eu não sei se os senhores acompanharam pela imprensa com relação ao sorteio da ordem que nós vamos ter na urna eletrônica. O não ao desarmamento será opção nº 01. Então, o eleitor vai dirigir-se à cabine e se ele clicar ali, se ele digitar o número 1, se teclar o número 1, o número 1 corresponde ao não. Não ao desarmamento. E o sim ao desarmamento corresponde à opção nº 02. Esse sorteio já foi feito no Tribunal Superior Eleitoral na semana passada, e essa é a ordem de votação com a qual nós vamos nos deparar no momento em que nós nos dirigirmos à cabine de votação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Outras coisas para as quais o Tribunal Superior Eleitoral está trabalhando muito: uma é essa diferenciação de referendo e plebiscito; e a outra seria esse nome comum que se deu ao referendo de desarmamento. Na verdade, as consultas, todas as peças publicitárias que o Tribunal Superior Eleitoral está trabalhando são “referendo sobre venda de armas”, até para não privilegiar, pelo menos psicologicamente na população, de não tratar como “referendo do desarmamento”, mas sim como “referendo sobre venda de armas”.

Então, o Tribunal Superior Eleitoral está fazendo todas as peças nesse sentido e recomendando aos Tribunais, aos Juízes Eleitorais que fixem isso à população e aos órgãos de imprensa, porque, realmente, não se trata de “referendo do desarmamento”, mas sim “referendo sobre a venda ou não de armas no Brasil”.

Com relação ao Tribunal Regional Eleitoral, também nós compartilhamos aqui do entendimento do Dr. Francisco Faiad. Como nós estamos representando uma instituição, a instituição que na verdade presidirá todo esse trabalho do referendo, nesse debate aqui e em todos os debates que por ventura surgirem, daqui por diante, nós absteremos de expressar opinião favorável ou não a essa proibição de armas no Brasil.

Já que nós estamos presidindo esse trabalho todo da realização do referendo, por questões éticas e por questões lógicas nós estamos nos abstenendo de ser a favor ou não.

Nós que iremos fazer o trabalho da apuração, da totalização e divulgação do resultado. A divulgação do resultado, aqui em Mato Grosso, por força da própria legislação... Existem três membros do Tribunal Regional Eleitoral, na verdade, que farão o fechamento desse resultado, das eleições dessa consulta popular, e a recomendação do Tribunal Superior Eleitoral é a de que só após às vinte horas de Brasília, dezenove horas local, é que nós vamos poder dar início à divulgação desses resultados.

Nós estamos aí provavelmente até o dia 23 de outubro - e isso está sendo discutido, inclusive no Congresso Nacional - com o horário de verão. Se realmente o horário de verão for implementado, no Acre, por exemplo, ficaria um diferencial de três horas, com relação à Brasília.

Brasília, São Paulo e outros Estados que seguem o horário de Brasília, para não influenciarem o eleitorado do Acre, então, a recomendação é que apenas após as vinte horas é que vão ser divulgados efetivamente os resultados do referendo.

Com relação a implementação efetiva desse estatuto relativo à comercialização de armas, a lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional estipula que após a publicação do resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral é que entrará em vigor ou não esse referendo, essa consulta popular para a proibição ou comercialização dessas armas no Brasil.

Então, com relação ao Tribunal Superior Eleitoral todas as providências estão sendo tomadas, embora os prazos curtos, o orçamento curto, todas as providências estamos realizando, inclusive, cortando gastos aí, principalmente, com a Polícia Militar.

Em todas as eleições, o Tribunal faz parceria, faz convênio com a Polícia Militar, colocando pelo menos dois policiais em cada local de votação. No ano passado, esse convênio ficou na ordem de quinhentos mil reais. E como este ano não temos orçamento suficiente para bancar essa despesa, nós, esta semana e na semana seguinte, estaremos entrando em contato para uma reunião com o Governador do Estado, com o Comandante da Polícia Militar, nesse sentido do policiamento ser ostensivo nos locais de votação, mas não teremos, dentro do local de votação, esse policiamento.

Então, as urnas eletrônicas vão ser entregues ao Presidente da Mesa receptora, aquele coordenador do prédio ali, e ele que ficará responsável pelo armazenamento da urna eletrônica até o início da votação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Então, Sr. Presidente, é isso que o Tribunal tem a trazer. Quero parabenizá-lo pela iniciativa, e mais uma vez trazer aqui as palavras do Desembargador Paulo Lessa que realmente está à disposição. O Tribunal Regional Eleitoral está à disposição, seja em Cuiabá, seja em outros eventos que a Assembléia Legislativa ou OAB promovam no interior do Estado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Agradecemos a participação do Dr. Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Vamos ouvir agora o Dr. Antônio Carlos Kersting Roque.

O SR. ANTÔNIO CARLOS KERSTING ROQUE – Bom-dia, Deputado Humberto Bosaipo, pela iniciativa; parabéns à Assembléia Legislativa; ao Dr. Faiad, por ter aberto esta Casa, que é de todos nós, não só dos Advogados, como foi bem dito; aos demais componentes da Mesa; às entidades que estão aqui representadas, principalmente, aquelas que representam as vítimas das armas de fogo, eu, profundamente, me solidarizo.

Uma das coisas que me chama atenção com relação à questão dessa campanha não é efetivamente os resultados que serão obtidos a partir do referendo. Coisa que mais me preocupa e eu devo anteriormente dizer que sou humanista, sou contrário a qualquer tipo de arma, contra qualquer tipo de violência, mas devo dizer que antes de se discutir efetivamente o resultado e a própria lei que instituiu o referendo, deveríamos procurar seriamente quais são as causas dessa violência. Que violência maior é matar uma criança de fome? Que violência maior é estabelecer um superávit primário de noventa bilhões para pagar juro para Banco internacional, em detrimento de implantação de políticas públicas para oferecer aos brasileiros, aos nacionais, condições e acesso efetivamente no mercado de trabalho, formação técnica? De qual violência nós estamos tratando? Da bala que matou alguém? É dessa violência efetivamente que nós vamos tratar? Desse caldo de cultura, ou seja, o estado absolutamente incompetente para resolver as suas questões, reprimir a violência, a bandidagem? É dessa violência que nós estamos falando?

Ora, senhores, já que o Estado é incompetente para julgar, para prender e, principalmente, para reintegrar, o que se faz? Dá-se à população a decisão sobre o que vai ser feito para tolher a liberdade daqueles que efetivamente são a favor do desarmamento, a possibilidade de quem quer, vai à loja e compra a sua arma. Está se tolhendo essa liberdade. A liberdade que foi conquistada há mais de duzentos anos, o direito das pessoas escolher e decidir o que vão fazer da sua própria vida.

Ora, senhores, eu concordo que os números são assustadores, mas essas armas as quais esta campanha, me perdoe, esta campanha que se faz midiática, com o objetivo efetivamente de mostrar para a população que algo está se fazendo. Isso é uma deslavada, me desculpe, mas uma deslavada mentira (PALMAS).

O que se faz na realidade é sensibilizar a população para dizer o seguinte: nós estamos fazendo alguma coisa. Como estão fazendo alguma coisa? Os jornais e a televisão estão cansados de mostrar o que efetivamente está se fazendo. O que está se fazendo na realidade e infelizmente, e inclusive esse referendo é fruto de mentes que foram compradas para quê? Para oferecer para a sociedade uma solução paliativa que não alcança profundamente os motivos da violência.

Os nossos jovens... Permita-me aqui fazer uma homenagem a uma pessoa por quem tenho um profundo respeito e um profundo carinho, meu colega Raimundo, que trabalha há muitos anos, hoje Complexo Palmeri, na Secretaria de Segurança. Eu tenho acompanhado há mais de dez anos o trabalho desse rapaz. Aqueles meninos que estão lá dentro, aquelas crianças que estão ali dentro, são apenas resultados da ausência absoluta do Estado. Absoluta, não há uma política

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

efetiva que possa fazer com que aquelas crianças se orientem efetivamente para um caminho produtivo. Não. É muito melhor reprimir, é muito melhor fazer mídia, é muito melhor fazer determinadas políticas que não contemplam efetivamente as necessidades da população, principalmente desses jovens, que o Deputado Humberto Bosaipo, lendo aquele texto, colocou, entre 15 e 24 anos. Exatamente, é desses jovens que nós temos que tirar arma da mão. Esta arma que chega de que forma? Pelo cidadão de bem que compra e dá para essa criança? Não. Essa arma chega pelo contrabando, pelo tráfico que, aliás, é responsabilidade do Governo Federal. Essa mesma Polícia Federal que faz os escândalos que faz, que desrespeite as pessoas, que no discurso do próprio Presidente da República “prendemos mais de mil e duzentos”, mas soltaram mil cento e cinquenta, porque não eram culpados. É a mídia que se faz, mas que não atinge efetivamente. Por que não sobem os morros do Rio de Janeiro, para pegar exatamente o foco, onde gera, onde o dinheiro é captado para o contrabando de arma, onde a própria polícia também é instrumento de distribuição de armas que apreende? E nós sabemos disso. Mas não. É como disse o Deputado, dá muito mais voto falar para as pessoas: vamos desarmar as pessoas de bem. até porque o discurso da pobreza já está superado. O discurso de vamos resolver o problema da pobreza, este não tem mais como resolver. Este está superado, por incompetência, por desmandos. Isso a história vai julgar.

Porém, meus senhores, o que está se fazendo neste momento é tirar a arma do cidadão, daquele que pode ser identificado. Antônio Carlos Roque deu um tiro em alguém. Vamos a casa dele. Ele tem uma arma? Tem, mas está registrada. É dessa pessoa que vai ser tirada a arma. É dessa pessoa que tem uma vida regular, é dessa pessoa que tem a arma efetivamente como um instrumento de defesa pessoal. E ainda se faz a campanha, com todo respeito, “não reajam”. Ora! Como não reajam, se o Estado não faz nada. O Estado vai me garantir, ao mesmo tempo em que faz uma campanha para desarmar o cidadão, que o criminoso, que o bandido esteja desarmado? Não. Não vai. Eu vou continuar à mercê desses criminosos, agora desarmado.

Senhores, eu concordo que a saúde tenha uma despesa enorme, com as internações por pessoas baleadas. Eu gostaria de ver os números da saúde com relação à fome, à inanição, à morte precoce, para que pudéssemos fazer uma comparação de quem mata mais, se é a arma ou a corrupção. Eu tenho certeza, senhores, de que a corrupção mata muito mais. E mais, eu vi agora - esses dias os senhores viram - o Senado aumentou o salário mínimo para R\$384,29, imediatamente veio uma reação dizendo que isso geraria um rombo de dezesseis bilhões nas contas públicas.

O senhor sabe quanto representa dezesseis bilhões da nossa dívida? 1,75% de juros que se paga para Banco internacional, através do superávit, através desse dinheiro que é retirado da população para pagar Bancos nacional e internacional que, aliás, estão numa felicidade absurda. 1,75%. Esses 19,75% se reduzíssemos para 18,75% ou reduzíssemos os 5,5% do superávit primário, pagaríamos sem problema essa diferença, esse chamado rombo de dezesseis bilhões ao ano. Rombo, senhores.

Violência é você condenar os seus filhos à morte por outros motivos e, inclusive, pelo motivo das armas, onde nós sabemos que o aparelho da segurança é absolutamente despreparado, não pelos seus integrantes, pelas condições materiais, pelos salários que os pagam. E vou ser bem sincero, caro Coronel Oliveira, eu não me submeteria a ganhar oitocentos, novecentos reais para trocar tiro com bandido. Não é possível que se pague salário de fome para pessoas que vão enfrentar esse tipo que não vai ser coibido. Ou seja, vai se fazer o quê? Tirar a arma das pessoas de bem e não vai se dar a estrutura para a repressão daqueles que efetivamente seriam os destinatários dessa lei. Porque eu não vi um projeto lá na Câmara Federal para desarmar os bandidos! Ah, isso já está na lei, isso está na Constituição! E funciona?

Senhores, enquanto...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O senhor tem um minuto para encerrar.

O SR. ANTÔNIO CARLOS KERSTING ROQUE -... matarem milhões de pessoas neste mundo inteiro através de outros tipos de arma, enquanto as pessoas continuarem sendo vítimas de políticas equivocadas, efetivamente, eu, mesmo sendo humanista e sendo contrário a qualquer tipo de arma, estou contra esse projeto.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a participação do Professor e Dr. Antônio Carlos Roque.

Vamos ouvir o Cel. Orestes Teodoro de Oliveira, Secretário-Chefe da Casa Militar do Governo de Mato Grosso.

O SR. ORESTES TEODORO DE OLIVEIRA - Inicialmente eu gostaria de dar o nosso cordial bom-dia a todos aqui presentes, cumprimentar o Deputado Humberto Bosaipo que ora preside este encontro, e, em seu nome, cumprimentar os demais Deputados aqui presentes, Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlos Brito, Deputado Nataniel; Dr. Mauro Sérgio, em seu nome, cumprimentar as demais autoridades que compõem a Mesa; senhoras e senhores.

Dizer que nós não vamos entrar na discussão político-ideológica com referência ao Estatuto do desarmamento. E gostaria, com a máxima data vênua, de me ater apenas à questão técnica, como autoridade, como profissional que milita na área de segurança pública, que já esteve trabalhando no Comando de Policiamento da Capital, que teve oportunidade de comandar a Polícia Militar, que já foi Secretário de Segurança Pública e hoje está como Secretário da Casa Militar do Governo.

A matemática da violência está aí, está acontecendo, a violência hoje não escolhe rosto, não escolhe pessoas, não escolhe classe social.

O Deputado Humberto Bosaipo colocou um relato da nossa triste realidade de país, realidade de Brasil, e a nossa Capital, nosso Estado de Mato Grosso, não é deferente.

Eu fiz um apanhado, um resumo dos defensores do desarmamento, e elencamos em doze motivos do por que devemos desarmar. Alguns desses motivos já foram colocados pelo Deputado Humberto Bosaipo, e gostaria de colocar para que possamos aproveitar para entrar nesse debate, nessa discussão.

É muito oportuno, realmente, concordo com o que foi falado aqui pelo Dr. Roque, ele colocou com muita probidade que a simples proibição de tirar a arma não vai, evidentemente, acabar, erradicar a violência. Nós não somos hipócritas de dizer que isso vai acabar. Evidentemente que isso é um instrumento, mais um elemento de prevenção.

Foi colocado aqui o custo da violência. É um custo altíssimo para o país. Foi colocado que - evidente, nós concordamos - essa violência toda, essa falência que gera, que dita a economia no nosso país, é, sem dúvida nenhuma, a falência de políticas públicas. Isso está comprovado, que é a falência de políticas públicas.

Mas nós não podemos também não concordar, não colocar como verdade de que o instrumento que potencializa o crime é, sem dúvida, a arma de fogo. A arma de fogo é, sem dúvida, a arma que potencializa o crime.

Nós fizemos, recentemente, uma pesquisa de trinta dias, e ali ficou bem claro que os homicídios que ocorreram nesse período foram todos praticados com armas de fogo e, principalmente, com armamentos leves, o armamento que está mais acessível às pessoas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Nesses vinte e oito dias, ficou também evidenciado que quem está morrendo, como já foi colocado aqui, são os nossos jovens. São os nossos jovens, são os nossos filhos. E qual é o instrumento? Arma de fogo.

Está comprovado que é um mito. É um mito você achar que tendo uma arma de fogo na sua casa, você está protegido. Se você...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Coronel, só um minuto.

O Presidente da OAB, Dr. Faiad, vai ter que se ausentar por compromisso já agendado. Nós agradecemos a sua presença.

A Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembléia Legislativa, composta pelos Deputados Sebastião Rezende, Nataniel de Jesus, João Malheiros e eu, convidamos a OAB para fazer o debate nos principais pólos do Estado.

Nós agradecemos a sua presença. Muito obrigado.

O SR. ORESTES TEODORO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Pois não.

O SR. ORESTES TEODORO DE OLIVEIRA - Então, por gentileza, projete aí os doze motivos que nós, resumidamente, colocamos numa rápida passagem, por que devemos buscar incansavelmente o desarmamento.

Então, o primeiro motivo: As armas de fogo são responsáveis por inúmeras mortes no Brasil.

Só no ano passado, foram 38 mil mortos a tiro. É uma pessoa a cada 15 minutos.

O Brasil é o país em que mais se morre e mais se mata com arma de fogo no mundo.

O Brasil responde, aproximadamente, por 3% da população mundial, mas ao mesmo tempo responde por 8% das mortes por armas de fogo

No Brasil morre-se 30% mais por armas de fogo do que por acidente de trânsito. E mais: o jovem é a principal vítima.

A arma de fogo é a principal causa de morte de homens jovens no Brasil!

A taxa de mortes por arma de fogo no Brasil é de 21,8 por 100 mil habitantes. Já entre homens de 20 a 29 anos esta taxa é cinco vezes maior.

Terceiro motivo: ter uma arma em casa é muito mais um risco do que uma proteção.

O homem que se arma tem a ilusão de que está protegido. Mas o bandido tem sempre o elemento surpresa a seu favor. Uma pessoa com arma em casa tem 57% mais de chance de ser assassinada do que quem está desarmada. Se o criminoso encontrar sua arma no carro ou na sua casa, vai usá-la contra você e contra sua família e ainda vai levá-la consigo, aumentando mais a capacidade de arma de fogo nas ruas.

Quarto motivo: as armas de fogo transformam conflitos banais em tragédias para a vida toda. A maioria dos homicídios é cometida por desentendimentos e agressões entre parentes ou conhecidos: brigas em boates, bares, trânsito, torcidas de futebol ou mesmo em casa.

Para se ter uma idéia, só na zona sul de São Paulo em 46% dos homicídios a vítima e autor se conheciam. Ao contrário do que a maior parte das pessoas pensa, entre todas as mortes por armas de fogo, apenas 5% são resultado de latrocínio, roubo seguido de morte.

Quinto motivo: As armas causam acidentes. Todos os dias alguém morre vítima de acidente com arma de fogo. A cada três pessoas internadas em hospitais por ferimentos à bala, uma foi por acidente com arma.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Sexto motivo: as armas são usadas em suicídios. A cada dia morrem, em média, quatro brasileiros por suicídio com arma de fogo.

Sétimo motivo: tirar armas de circulação ajuda a desarmar os criminosos. Involuntariamente, o homem comum que compra uma arma na loja acaba abastecendo o crime quando a sua arma é roubada num assalto, perdida ou revendida a terceiros. Aí seguem alguns argumentos em cima disso.

Oitavo motivo: A maioria das armas em circulação é brasileira e não contrabandeada.

Nono motivo: as armas de fogo são letais. As estatísticas estão comprovando isso.

Décimo motivo: as armas geram alto custo à saúde pública. Já foi colocado.

Décimo primeiro motivo: a campanha já faz efeito. Aí citamos alguns exemplos: desde quando foi iniciada a campanha, ficou demonstrado em alguns Estados, que foram inclusive pioneiros, como o caso específico do Paraná, uma queda na redução de homicídios numa taxa de 24%; e no caso específico de Maringá 30%.

Décimo segundo motivo: precisamos dar o primeiro passo, e a campanha, o estatuto é o primeiro passo. Nós estamos dificultando o acesso de armas.

Eu gostaria também de colocar para discussão, evidentemente, como que fica o resultado se for aprovado. Eu acho que é importante essa participação para que nós possamos votar conscientes. Não é pacífico na nossa instituição Polícia Militar, e na Polícia Civil também não é pacífico entre os seus integrantes com referência à proibição, à comercialização de armas, com referência ao desarmamento.

Também, evidentemente, nós temos a nossa opinião pessoal, nós que militamos, fazemos parte do Comitê do desarmamento. Estamos nessa luta com os demais membros do Comitê, interiorizando essa campanha pelo interior do Estado, divulgando, colocando o contra e o a favor para que nós possamos, como já foi colocado aqui, no dia do referendo, votar conscientes.

Agora, é evidente que não podemos distanciar da estatística, da matemática da violência. Então, ela está aí colocada para a reflexão de todos nós.

Mas é importante sabermos como é que ficará se o resultado for sim à proibição da venda de armas e munição.

Então, vejam bem: Se nós votarmos sim à proibição da venda de armas e munição, ninguém poderá comprar armas ou munição, exceto policial federal, integrantes das forças armadas, empresas de segurança e praticantes de tiro, mas apenas para a prática do esporte. Nesses casos, a compra será feita, diretamente, junto ao exército sob...

Há exceções previstas em lei, como juízes e promotores que ainda poderão andar armados. Tanto estes como os colecionadores só poderão comprar armas diretamente dos fabricantes.

Quem tem arma registrada em casa não poderá mais comprar balas e cartuchos.

O Ministério da Justiça espera que com o tempo essas pessoas também entreguem as suas armas.

A importação também fica proibida. A exportação continua livre. Então, é importante sabermos bem, quando for votar sim ou não.

Então aqui está como é que ficaria o resultado se for sim. São os principais pontos, e eu acho interessante termos acesso a essas informações.

Como já foi falado, este acontecimento, este debate já deveria ter acontecido muito antes, mas sempre precisamos dar o primeiro passo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Então, nossos cumprimentos ao Presidente da Mesa pela iniciativa, Presidente da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa.

Vencendo o não à proibição da venda de armas e munições, valem as regras atuais: quem tem arma registrada pode comprar quantidades limitadas de munição, desde que apresentado o registro da arma. Para comprar armas e munições exige-se efetiva necessidade de 25 anos, no mínimo; documentos; residência fixa; emprego fixo e definido; ficha limpa; curso de tiros; e condições psicológicas atestadas por laudo.

Quem dá autorização para compra e para o registro de arma é a Polícia Federal.

Portanto, seriam essas as considerações que nós queríamos fazer, voltando a dizer que não estou aqui para entrar no discurso político-ideológico. Estou aqui para mostrar uma realidade, um sentimento nosso da atividade profissional, que estamos vivenciamos no dia-a-dia. Essa é a realidade do País, é a nossa realidade aqui, no nosso cotidiano.

A violência, volto a dizer, não escolhe rosto, não escolhe pessoa. E o instrumento que hoje está potencializando o crime é a arma de fogo. Agora, recentemente vocês tiveram acesso a um informativo em que o cidadão que não tem antecedentes criminais, utilizando um instrumento que potencializa o crime, tirou a vida de uma pessoa grávida de 15 anos. Então, a situação é muito delicada.

Nós precisamos, sim, a sociedade...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Vossa Excelência tem um minuto.

O SR. ORESTES TEODORO DE OLIVEIRA – ...precisa se manifestar com referência a essa situação.

Então, o meu agradecimento pela oportunidade e nós estamos aqui prontos para o debate (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós agradecemos a participação do Coronel Orestes Oliveira, Secretário-Chefe da Casa Militar.

Vamos ouvir o Dr. José Simione, Juiz do TRT.

O SR. JOSÉ SIMIONE – Deputado Humberto Bosaipo, neste ato, preside esta Audiência Pública; Deputada Verinha Araújo, peço licença para, na sua pessoa, cumprimentar todos os membros da Mesa; senhoras e senhores:

Vim mais para ouvir, mas como estou aqui na Mesa, quero então também participar um pouco.

Acho que o grande questionamento, ou o primeiro, o primordial questionamento seria a quem interessa o desarmamento. Se nós não conseguirmos focar a quem interessa o desarmamento, nós ficamos numa discussão, na minha ótica, um tanto vazia. Era preciso que se conseguisse esse alcance: a quem interessa o desarmamento do País? Eu acho que esse seria o ponto primordial Enquanto nós não tivermos essa resposta, nós ficaremos numa discussão muito dispersiva.

Eu vi as estatísticas trazidas pelo Coronel, mas eu me pergunto, eu não vi uma estatística que me dissesse quantos óbitos houveram por arma de fogo e de cidadão honesto e quantos houveram de bandidos. Pelo que eu vejo na mídia, eu acho que a desproporção é muito grande. Nós vemos na mídia que quem mata adoidadamente aí é o bandido, não é o cidadão comum. O cidadão comum, os acidentes com o cidadão comum são ocasionais, a grande perda humana de armas de fogo na minha ótica vem dos bandidos. E eu não vejo, eu não vejo, senhores, eu não vejo no Poder Público qualquer esfera capacidade para desarmar o bandido. Nós vamos desarmar o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

cidadão, se nós não temos, o país não tem capacidade de desarmar o bandido? Vai haver uma grande desproporção entre as partes.

Eu entendo que nós devemos aprofundar, e muito, esse questionamento. Há que se amadurecer, e muito, as idéias de todos aqueles que irão votar, para que haja uma consciência exata, correta e certa na hora de depositar o voto. Eu estou votando pelo desarmamento, porque eu realmente acredito que tem que desarmar a população, ou eu estou contra o desarmamento, porque eu entendo que tem que se manter a população armada, para que ela tenha pelo menos um pouco de sua defesa, já que o Poder Público não está podendo nos defender adequadamente. Eu acho que esse é o ponto de maior importância, é esclarecer aquele que irá votar.

Portanto, eu estou cumprimentando a Assembléia Legislativa por essa iniciativa. Espero e conto com a Assembléia, com a OAB, com as associações de classe, para que haja um debate muito profundo, para que na hora de se votar se vote certo, para que o país saia engrandecido desse momento (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós agradecemos a participação do Dr. José Simioni, do TRT. Vamos ouvir a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO – Bom-dia a todos e todas!

Cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Humberto Bosaipo, que está coordenando este debate.

Realmente, eu vejo que se nós não tivéssemos um Estado Democrático de Direito, onde pudéssemos fazer esse debate, nós não estaríamos aqui hoje com um tema que foi votado pelo Congresso Nacional, tanto o referendo como o Estatuto do Desarmamento. Ambos foram votados pelo Congresso Nacional. Então, eu acho que já está valendo a pena o fato de nós estarmos discutindo aqui dados, opiniões diferenciadas, ouvindo opiniões divergentes sobre o tema.

Esse tema, por si só, para mim, já está valendo o referendo, a possibilidade de aqui a sessenta dias a população ir às urnas e dar a sua opinião.

A partir do momento que o debate começa a ocorrer, você vê opiniões divergentes e vai, inclusive, assimilando o que é favorável, o que é desfavorável, e envolvendo a população sobre um tema que, com certeza, vai ser aprofundado nos próximos sessenta dias.

Então, para mim, já está valendo o referendo, só pelo fato de termos esse debate aqui pela manhã.

Agora, gostaria de dizer que eu, particularmente, como pessoa, como cidadã, sou a favor do desarmamento. Eu sou contra armas, qualquer tipo de arma, sou contra a violência. Acredito nas relações humanas. Acredito que nós podemos construir o mundo sem armas. Se eu não incorporar isso na minha vida, no meu dia-a-dia, não vou conseguir mudar o mundo.

À medida que eu trabalho com a concepção de que a pessoa pode estar armada, eu já estou trabalhando com o dado de que o mundo vai ser cada vez mais violento.

Como eu trabalho pela não-violência, pela cultura de paz, por um mundo melhor - essa é uma concepção de vida minha -, sou contra que a população esteja armada, sou contra bandido armado, eu faço da minha vida, no dia-a-dia, o que puder para reverter esses dados.

Agora, muitas vezes, você vê um argumento aí de quem defende que a população possa continuar armada, utilizando os dados dos índices de corrupção, os dados da questão de não se combater as causas da violência, com certeza, nós temos que fazer esse enfrentamento, nós temos que enfrentar isso, que é uma realidade, não só na sociedade brasileira, mas no mundo. Mas esse discurso, na minha opinião, é falso. Ele encobre o debate que nós temos que fazer sobre a questão do armamento, da população armada, dos bandidos armados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Não adianta ficarmos aqui, utilizando esses argumentos para não enfrentar o debate sobre aqueles dados que aqui o Coronel já expôs, os dados são reais.

Cuiabá, uma das cidades aonde a juventude mais vem sofrendo com os homicídios, quem mais morrem aqui, por armas de fogo, são os nossos jovens. E são armas que estão nas periferias, elas não estão nas casas dos homens e mulheres de bem, não, estão na periferia, lá onde o nosso povo está sofrendo, nas mãos, muitas vezes, de crianças. Quantas matérias de jornais eu tenho visto, estampado na capa, de criança com uma arma na mão? Crianças de oito, nove anos com uma arma na mão. Onde ela pegou essa arma?

Então, esse dado de que quando uma pessoa pode comprar uma arma, alguém entra na sua casa, rouba e leva a arma, essa arma, muitas vezes, se você buscar o registro dela, vai ser uma arma que ocasionou um homicídio.

E estou dizendo aqui, Sr. Gilson de Barros, porque eu sou vítima, uma pessoa que, dentro da minha casa, trabalhando, foi morta por alguém que chegou lá e a matou sem dar o direito de defesa.

Então, eu sou vítima. Eu sou vítima! Vamos esquecer esse discurso falso que o senhor quer trazer aqui sobre o Governo Lula, porque a origem do desarmamento está no Governo Fernando Henrique, a origem deste debate não é só do Governo Fernando Henrique, mas é da sociedade brasileira organizada e articulada. Porque se nós fôssemos preconceituosos e não aprofundássemos o debate, a mulher estaria até hoje proibida de usar pílula e morrendo nos hospitais. Então, nós temos que enfrentar este como outros debates.

E quero, só para encerrar, dizer que eu não acredito nesse debate, de que a ausência do Estado, de que a falta de políticas públicas é que vai resolver o problema da violência. Se for assim, nós vamos ficar de braços cruzados esperando. Aí nós vamos morrer, nossos filhos vão morrer e o mundo não irá mudar, e nós temos que fazer o enfrentamento desse debate. Eu sou a favor do desarmamento porque acredito na paz, acredito nas relações humanas. E, para mim, se eu acredito nisso, se acredito no outro, no olhar, na solidariedade, eu não acredito que alguém armado vai resolver um problema de violência na sua casa.

Era isso, muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos a presença e o pronunciamento da Deputada Verinha Araújo.

Vamos ouvir o Dr. Noi Sheffer, Secretário Adjunto da Secretaria de Educação do Estado.

O SR. NOI SHEFFER - Deputado Humberto Bosaipo, demais membros da Mesa, cumprimento a todos; senhoras e senhores.

Claro que a Secretaria de Educação não tem posição a respeito da questão. Mas eu, pessoalmente, tenho e acho que começamos a entender as pessoas quando sabemos qual é a formação. Eu sou formado em Psicologia, também em Administração, mas milito há muitos anos com Psicologia.

Eu já trabalhei com a miséria humana, trabalho com a miséria humana há muito tempo, com dependência química, com menores infratores. Então, milito e tenho um pouco de percepção nessa área.

Diante dessa simplificação que é sim ou não para armas, não me resta outra posição que não ser totalmente favorável à proibição. Embora considere isso uma simplificação. Transformar a questão da segurança num simples fato de uso de arma ou não uso, eu acho muito perigoso. Mas é isso que nos resta agora diante da situação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Como Psicólogo, e olhando para minha estatura física, não dá para imaginar eu portando uma arma. Eu me sinto muito desconfortável junto com uma pessoa que usa arma. Até mesmo quando estávamos lá na Secretaria de Segurança, os Militares, o Cel. Orestes e o pessoal que é treinado para isso, usar arma, eu me sinto meio desconfortável. Então, eu sou totalmente desfavorável ao uso de arma. Eu vislumbro, na utopia, que não existisse mais arma.

Então, é diante dessa situação.

Parece-me também inadequado de se colocar a questão da liberdade para defender o uso de armas. Eu acho que a nossa liberdade está muito além, muito acima de portar ou não uma arma. E o portar, alguém portar arma, priva-me da liberdade.

Então, eu também preciso privar a minha liberdade. Eu não poderia privar o outro da liberdade de se sentir à vontade de andar por aí.

A questão da violência tem um grande número de causas. Eu aprendi uma coisa meio irônica, que quando uma situação, alguma coisa tem muitas causas, é porque essas causas não são verdadeiras. E a questão da violência, que eu venho pensando, tentando estudar ou tentando me informar - quem eu sou para dizer que estudo isso, não sei - mas me parece que tem tantas causas, que eu não encontro nelas verdades absolutas.

Eu gostaria muito, Deputado Humberto Bosaipo, talvez se fizesse outras discussões como esta, levando-se questões mais profundas, no meu modo de ver, como a questão da droga. A droga é um processo, é uma situação que permeia toda violência, e a simplificação também aí da proibição, parece-me que fica muito aquém da necessidade.

Por princípio, eu não gosto de proibições. Psicólogo é uma figura meio esdrúxula, meio engraçada que, às vezes, tem posições meio folclóricas até. Mas eu não gosto muito da proibição. Mas, diante dessa situação, parece-me que não resta outra posição.

Então, gostaria que se aprofundasse muito mais. Claro que vem por aí uma mídia com os seus *slogans*, com o seu *marketing* agressivo, soltando *slogans*: Liberdade, o seu direito de ir e vir, o seu direito de usar uma arma e tal.

Olhando para a pessoa humana, eu observo a compulsividade. Por exemplo, eu entendo que a compulsividade de alguém fumar, de alguém beber, de alguém usar uma droga - que absolutamente sou contrário, eu não fumo, não bebo, não jogo - é uma questão importante a ser tratada. Eu não vejo na necessidade compulsiva no uso de uma arma um argumento sério para se defender a proibição.

Então, a minha posição, como profissional, como Psicólogo, como pessoa, como ser humano, é totalmente desfavorável ao uso de arma. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a presença e a fala do Professor Noi.

Vamos ouvir o Cel. Carlos Estevão, Secretário Adjunto de Segurança Pública, neste ato representando o Secretário, Dr. Célio Wilson de Oliveira.

O SR. CARLOS ESTEVÃO - Sr. Deputado Humberto Bosaipo, neste ato representando a essência na construção deste processo como coordenador deste debate, com a devida vênua eu cumprimento todos os demais integrantes da Mesa, na pessoa de sua Excelência, o Deputado Humberto Bosaipo.

Para nós é algo muito novo, ao longo de vinte e cinco anos de carreira, nós estarmos aqui, pela primeira vez, dentro de uma fala pública, como Secretário Adjunto de Segurança Pública. Na condição de Coronel da ativa da Polícia Militar e trajando um terno, é muito interessante este cenário, porque nós, na verdade, por “n” fatores que perpassam as veredas do próprio preconceito de cunho cultural que campeia este País podemos livremente, hoje, voar como

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

pássaros e expor nossa opinião, enquanto instituição, segurança pública, e enquanto pessoa. Isso é realmente algo maravilhoso! Eu tenho, assim, inveja daqueles que podem fazer isso ao longo de sua existência vital. Nós escolhemos uma profissão na qual nós temos que priorizar os nossos deveres e deixar muitas vezes em grande amplitude em segundo plano os nossos direitos especialmente como pessoa humana, de se posicionar, de externar os seus pensamentos, de participar de uma forma mais decidida dentro do processo de desenvolvimento social.

Muitas falas interessantíssimas, cada qual dentro do seu metiê social e nós temos aprendido muito nesta manhã com este cenário especial.

A Segurança Pública tem, sim, a sua opinião formada sobre a decisão acerca desse referendo. Ela tem a sua opinião formada e essa opinião formada está literalmente voltada para a decisão do povo, para aquilo que for estabelecido, porque compete-nos simplesmente executar aquilo que foi deliberado.

Eu vivi uma experiência muito interessante enquanto pai. Recentemente, um filho com dezessete anos de idade dizia-me que queria voar, procurar o seu norte. Eu vivi um momento bastante sério, bastante interessante, que muitos pais, com certeza, também já viveram ou estarão por viver, de romper com o cordão umbilical entre pai e filho. Eu disse para ele o seguinte: Meu filho, você quer voar, bater azas e voar, só que o seu pai tem ainda o entendimento que algo ele precisa fazer por você, antes de te liberar. Ele falou: “Pai, o que o senhor precisa fazer para me liberar, eu já sei o que é, pode me liberar.” O que é? Ele disse: “Libere-me!”

Então, nós temos as leis que estão aí. Secularmente, algumas delas; dezenas de anos, outras tantas. E elas precisam, de maneira sistematizada e de maneira consciente, ser cumpridas. As instituições precisam ter liberdade para cumprir com o seu papel social de maneira clara, feliz e pronta.

A partir do momento em que o juiz de futebol quer jogar, e o jogador quer apitar; a polícia quer torcer, e o torcedor quer policiar, as coisas começam a ficar complicadas. Nós começamos a nos embananar, começamos a não nos respeitar. E a tônica disso incide, decididamente, nos efeitos sociais, inevitavelmente. Há um paradoxo entre a conscientização, que é a busca de momento, é a fala de momento dentro da sociedade, há um paradoxo entre aquilo que é conscientização e aquilo que é imediatismo. Como você quer conscientizar uma população há anos inerte, há anos vedada, com atitudes meramente imediatistas, para que ela possa decidir?

O homem que empunha uma arma, seja para qualquer tipo de objetivo que for, é um ser “biopsicossocioespiritual”.

As instituições, os Poderes constituídos, o Estado sempre precisarão estar trabalhando na constituição de uma força multidisciplinar para atender as reais necessidades do ser humano enquanto pessoa. Ninguém nasce com uma arma na mão. Então, é muito interessante, porque, como bem disse aqui os dados estatísticos, estamos dentro de um patamar no qual jovens na faixa etária dos seus quatorze, quinze até os vinte e quatro anos que representam o potencial futuro do País, dos Estados e dos municípios estão sendo sucumbidos pela violência, por falta de conhecimento, por falta de relacionamento. E nós temos o papel de construir esse cenário, porque é o futuro. O que nós plantamos, nós colheremos com certeza no futuro.

Então, os argumentos realmente são utilizados para se tomar esta ou aquela deliberação que já está posta pela nossa constituição, pelos nossos regulamentos, pelos nossos regimentos. Nós temos que soltar a corda, nos despir das nossas vaidades, deixar que realmente cada instituição, cada poder constituído, o Estado cumpra o seu papel, de maneira clara, de maneira espontânea, de maneira leve.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Nós não podemos oprimir as pessoas, nós não podemos oprimir as instituições sob o legado de defender bandeiras, sob o legado de buscar liberdade, sob o legado de buscar paz, comodidade. A paz existe para um coração de paz. Isso é importante.

A nossa discussão só será estabelecida dentro de um cenário construtivo, na medida em que nós temos a real consciência de que nós temos que realmente nos relacionar para compreendermos melhor o papel social de cada um e, com isso, sermos intérpretes realmente de um futuro promissor, de um futuro alentador para as nossas vítimas principais: adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 24 anos.

A respeito de se aprovar ou não, dentro de uma decisão unilateral, pessoal, a violência é um mal que procede do interior do coração do homem. Onde estiver o animal racional chamado homem, a violência o acompanhará.

E nós temos mecanismos “biopsicossocioespirituais” para ajudar a criatura fax símile de Deus a ser melhor para si próprio, para seu próximo e para Deus. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a participação do Cel. Carlos Estevão.

Vamos ouvir agora o Deputado Nataniel de Jesus. Antes, porém, quero convidar o Deputado Carlos Brito para fazer parte aqui da Mesa.

Com a palavra, o Deputado Nataniel de Jesus, membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembléia Legislativa.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembléia Legislativa; Deputada Verinha Araújo; Deputado Carlos Brito; Cel. Oliveira; demais autoridades que fazem parte da Mesa; Coronéis; autoridades; senhores presentes; imprensa.

Nós ficamos aqui pensando a que ponto nós chegamos, a que ponto nós chegamos, e ficamos estarecidos com os números, principalmente, quando se fala em dinheiro.

Nós andamos aí nos bairros da periferia, aqui mesmo em Cuiabá, e vemos a necessidade que tem de infra-estrutura, saneamento, educação, saúde.

Deputada Verinha Araújo, a senhora está sempre ali no Pedra 90, lugar que eu tenho também visitado bastante. Nós vemos tantas necessidades. É tão grande a necessidade que tem aquele bairro. Eu fico pensando: trezentos milhões... Está como o Tio Patinhas: trezentos milhões... Puxa vida, trezentos milhões no Pedra 90, imaginem! Eu não tenho nada contra o referendo, eu tenho contra a mídia, eu tenho contra esse desperdício de dinheiro, quando há tanta necessidade, tanta criança passando fome. Trezentos milhões no orfanato daria um *show*. Trezentos milhões em um asilo, quantos cobertores, colchões, etc? Nas escolas? Trezentos milhões numa universidade? Hoje, a mensalidade de um curso de Direito está em torno de seiscentos reais. Puxa, daria para trazer a UNEMAT para cá, pelo menos uma extensão de um curso de Direito, haja vista que só uma universidade aqui tem quatro mil estudantes de Direito e muitos inadimplentes que querem fazer o curso e não têm como estudar. Trezentos milhões para gastar com mídia, com televisão? Deve ser o Marcos Valério, ou o irmão dele, ou um outro alguém, que está levando essa grana toda. Um desperdício, quando a questão não é bem assim.

Vamos falar então do armamento. Quem tem o direito de andar armado e quem não tem? Eu acho que um país se constrói pela educação e com a fé em Deus, com o temor a Deus. É em casa que se aprende.

O meu pai nunca nos ensinou a andar com revólver, nem de brinquedo, nem daquele de plástico. Naquela época, tinha o de plástico que fazia trec-trec, trec-trec. Se ele nos visse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

pegar uma ripa de caixote para desenhar e fazer uma espingarda, uma ripinha: “Menino, largue isso!”

Eu fui pastor treze anos. Só entrei na política para representar o mundo evangélico. Fui pastor em um dos morros mais perigosos do Rio de Janeiro, o Morro da Mineira. O Deputado Carlos Brito deve conhecer muito bem, porque ele é do Rio de Janeiro. O Morro da Mineira é onde fica o pessoal mais ligado a seqüestros e roubos a Bancos. Um dos morros mais violentos. Fiquei mais ou menos onze meses lá e eu era respeitado porque andava com a Bíblia na mão, pregava, enfim, eu era respeitado por todos, graças a Deus.

Eu pude ver, Deputado Humberto Bosaipo, que não são apenas os rapazinhos de dezesseis para cima, até vinte, vinte e quatro anos, que andam com revólver, AR-15, UZE, metralhadoras automáticas. Eu pude, naquela época, em 1997, ser testemunha. Eu vi formando ali um pequeno exército, um esquadrão, com meninos de nove a doze anos de idade. Aqueles ali eram preparados para ser os matadores lá do morro da favela. Então, a coisa é bem pior do que nós podemos imaginar.

Aqui em baixo, quando se registram alguns números, muitas vezes esses números são muito superiores. Estão preparando crianças, fabricando crianças, na verdade, fabricando não, mas usando crianças e fabricando futuros bandidos marginais nas favelas. A culpa não é do cidadão que mora na favela. A culpa é do Estado mesmo, que não dá infra-estrutura. Imagina trezentos milhões numa favela para dar educação para aquelas crianças, para melhorar, para lotear um terreno, para não andar nos becos, nas vielas, num beco que às vezes nem um policial dá para passar, Coronel Oliveira, nem dá para passar. Se não for magrinho como eu, não passa nos becos. Como eu tinha que evangelizar, eu tinha que passar em todos os becos, buracos e vielas.

Então, fica difícil para os Correios levarem a carta, fica difícil para o médico chegar, fica difícil para aquele que colhe o lixo, fica difícil para tudo. Veja a negligência do Estado. Trezentos milhões. Vamos fazer uma campanha na televisão bem bonita, e aí vamos pintar bem bonito o nome de alguns deputados, alguns senadores, os cabeças do tal referendo.

É claro que a arma mata. Arma é uma armadilha, é uma armadilha. Você tem em casa uma armadilha. Pode servir para defesa, como já disse o Coronel Oliveira, como também pode ser usado contra você. É uma faca de dois gumes. Então, essa é uma questão não precisaria nem fazer uma campanha desse nível, gastando tanto dinheiro. Eu acho que é uma questão muito pessoal, de cada um de nós. O homem de bem não precisa de arma. Ele busca outra arma.

A Rainha Elizabeth, certa vez, Deputado Humberto Bosaipo, disse... Sei que estou tomando muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Restam-lhe dois minutos.

O SR. NATANIEL DE JESUS – Eu já vou encerrar com dois minutos.

Ela disse, certa vez, em um de seus discursos, que ela preferia enfrentar um exército fortemente armado que um homem de oração - isso fazendo uma referência à Bíblia.

E a Bíblia, Deputado Humberto Bosaipo, diz assim, no Salmo 127, para quem gosta de usar arma: “Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam; se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela”. Esse é o Salmo 127.

Eu prefiro andar com essa arma. A Bíblia é a arma mais poderosa do mundo. Com o revólver, você não se sente protegido. Você pode andar até com um canhão do seu lado, você ainda está vulnerável. Mas você, guardado por Deus, meu amigo, pode ter certeza de que não tem bandido que chega perto de você. Deus faz de você um vencedor.

Quanto a essa grana toda, eu sou contra o referendo só na ganância, porque a idéia é muito boa de desarmar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Quero dizer também que ainda hoje não há como desarmar a polícia, que seria ótimo também, que nenhum cidadão andasse armado, mas não dá.

O homem, lá na sua fazenda sendo invadida, não ter a sua proteção. O índio vem com a flecha e o homem branco fica lá desarmado vulnerável também não pode. Tem que se pensar nisso.

O policial, Coronel Oliveira, lá no Rio de Janeiro, quem passa ali em Vigário Geral, todo policial tem que vir para casa sem a farda, tem que vir a paisana, porque os bandidos param o ônibus, miram no motorista e o fazem parar, aí entram como se fossem policiais que fazem *blitz*. E aí, então, se aquele cidadão for um policial, coitado dele, eles levam lá para dentro, para o sumidouro. Então, o policial também tem que andar armado, não pode andar desarmado.

Então, eu quero deixar aqui registrado que sou a favor do referendo. É o início de uma conscientização. Eu sou contra a ganância do dinheiro que poderia ser empregado em outra situação. Chega de escândalos com dinheiro, e dinheiro mal empregado.

Eu quero dizer que a melhor arma é esta aqui, é a palavra de Deus. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a participação do Deputado Nataniel de Jesus.

Vamos ouvir o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Bom-dia a todos e a todas aqui presentes.

Cumprimento a Mesa na pessoa do dirigente dos trabalhos, Deputado Humberto Bosaipo.

De maneira clara dizer que eu sou a favor do desarmamento. Falo enquanto cidadão. Enquanto Parlamentar, individualmente, defendo essa idéia ainda, mas devo dizer que estou discutindo, e de maneira tímida, como toda a sociedade está discutindo de maneira tímida essa questão com alguns segmentos que pensam diferente de mim, mas que fazem trabalho político-partidário junto comigo.

Mesmo dentro desses grupos, tenho defendido que eu tenha a condição de daqui a pouco poder dizer de maneira mais incisiva, ser a favor do desarmamento e ter o apoio da maioria dessas pessoas que compartilham do meu trabalho de representação popular.

Portanto, longe está de alguém dizer toda verdade aqui, seja ele favorável ou contrário à idéia do desarmamento. A única unanimidade é o descontentamento com a violência, com tudo que isso gera na vida de todos. A unanimidade é que todos querem que alguma coisa aconteça de positivo, de bom, para que esse quadro possa ser revertido.

Um dos fatores que eu considero bastante claro, hoje o Brasil permite a venda de armas, e há muitos anos, e a situação está como está, por isso discutimos hoje, apontamos aqui, das várias falhas, as possíveis várias razões e algumas delas evidentes, para que estejamos no quadro que estamos. O que se propõe de diferente é suspender autorização da venda de armas. Portanto, se vender arma fosse solução, não teria necessidade alguma de estarmos realizando este debate. A violência estaria contida, os índices não seriam esses que são.

Portanto, esta é uma reflexão que tenho ouvido muito, com a qual eu concordo, se a arma fosse solução, não estaríamos aqui fazendo esta discussão.

Segundo, se é permitida a venda de armas de forma legal, quem as compra? A maioria dos cidadãos brasileiros tem poder aquisitivo para fazê-lo? Para ter acesso a um curso preparatório de tiro/defesa? De consciência do uso desse armamento? Ou quem faz uso dessa possibilidade é exatamente a casta mais privilegiada economicamente da Nação? Esta, sim, vai lá e compra do maior e melhor calibre, tiro de repetição, bonita, tem até coleções. Esta, sim, pode até se

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

preparar para uso dela. Agora, não vamos dizer que a esmagadora maioria do armamento neste país vem de origem ilegal, vem do fomento da ilegalidade, da clandestinidade, do narcotráfico, que a partir daí gera uma série de vícios outros. É óbvio que a corrupção é o câncer maior, crônico, não só do Brasil, mas de várias Nações do mundo.

E ela existe também do forte interesse econômico das indústrias de armamentos no Brasil e no mundo. Também tem este lado, senhores e senhoras. Interessa a poucos que ganham muito com a desgraça e com a miséria alheia. Portanto, o setor da indústria, do comércio, que depende do armamento tem muito interesse nessa discussão.

E mais, hoje a nossa juventude é treinada para matar, para odiar, para ganhar pontos no computador, por quanto mais bonequinhos ele derruba. É isto, senhores. O computador que nós trazemos para dentro de casa imaginando que é para pesquisa escolar, basta voltar as costas e ele está ali à disposição também da clandestinidade, porque imagino que a maioria dos pais não concorde com esse uso, mas a criança é fomentada a isso desde cedo. E está ali sendo premiada nos jogos cada vez mais violentos. Por cada um que mata, por cada um que ele derruba, por cada mancha de sangue e quanto mais violento o golpe, se arrancou a cabeça vale mais.

Eu fiquei abismado o dia em que flagrei meu filho, com doze anos, e pedi que me explicasse o jogo. Meu filho está sendo treinado para odiar, e eu, desde cedo, aprendi que não era por aí. Estou às voltas para ver o que faço para tirar essa praga, de dentro de minha casa, chamada computador sem ser chamado também de retrógrado e tudo isto. Ou ao menos descobrir como conviver com ele.

E aí vem a minha falta de diálogo com o meu filho, a minha falta de preparo enquanto gestor do meu lar, de como conviver com essa situação. Vejam como outros tantos fatores têm. E se esperarmos resolver todas as mazelas sociais do país, as práticas de corrupção, a dívida externa para achar que precisamos entender e mudar essa realidade, muitos, e a maioria jovens, já terão morridos e somadas as essas estatísticas que estão sendo apresentadas.

Portanto, que discutimos de novo é proibir a venda de armas no Brasil, porque hoje elas são comercializadas. E volto a dizer, acontece de todas as formas. Vá às ruas e é facilmente possível comprar a arma, independente de classe social, de idade, todos têm essa possibilidade.

Então, eu compreendo que não será a panacéia proibir a venda de armas. Agregado a isso, tem uma série de outras providências que precisam ser tomadas. Mas, quanto maior o número de armas circulando... E arma é igual carro velho, é igual carro, depois que vem o novo, quem pode o quer e o usado vai sendo passado para frente, e é assim que vai acontecendo.

Então, lá no Congresso também tem a Bancada que está a serviço, por várias razões, da manutenção da comercialização de armas, como tem os contrários.

Eu acho que o debate vai estar longe de ser a solução para a questão da violência. Talvez essa solução passe na individualidade de cada cidadão, naquilo que pode fazer todos os dias um pouco, e ao Estado é a grande responsabilidade que lhe cabe.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero concordar com o Dr. Diogo, do TRE, de que anos atrás nós vivemos aí a experiência do plebiscito, quando discutíamos lá a questão política do país, se presidencialismo, se parlamentarismo, se monarquia. E, a bem da verdade, no Brasil tem isso, às vezes nós queremos parecer modernos, mas não nos preparamos para isso.

Fomos para aquele plebiscito, falando enquanto povo, e muitas pessoas foram lá e votaram, Sr. Presidente, sem ter muito claro o que era um, o que era outro, tanto que temos uma Constituição, e muito parlamentarista, com um sistema presidencialista. E é comum termos os choques dessa situação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Concordo com o senhor, Dr. Diogo, de que de novo o país está sendo chamado agora para o referendo, e de novo o debate começa atrasado e estará, sim, prejudicado pela falta de uma discussão mais aprofundada, de uma argumentação mais consistente de ambas as partes, favoráveis, contrárias, mas está agendado, vai acontecer e acho que nós deveríamos todos, enquanto agente público, mais que um cidadão comum, nos apressarmos em tentar recuperar o que for possível de tempo.

Mas acho que as discussões devem ter uma dimensão um pouco maior do que essa questão de ser contra ou a favor, meramente, e nem trazer isso para uma discussão apaixonada pela história individual de cada um. As experiências cada um carrega nas suas vidas com certeza são importantes, mas, quando se trata de um interesse coletivo, nós precisamos ter essa dimensão.

Então, eu digo que hoje o meu posicionamento é de ser contrário. Preocupa-me a ausência do debate. Muitas vezes, na minha vida pública pensei de um jeito e tive que votar diferente, porque a maioria pensava diferente daquilo que eu acreditava. E eu estou lá para representar a maioria, mas nos debates, talvez até pelos ambientes com os quais convivo politicamente, tem prevalecido esse entendimento que eu estou aqui me referindo aos senhores, que não são idéias do Deputado Carlos Brito apenas, é de um conjunto de pessoas com quem eu tive a oportunidade de discutir.

Portanto, eu tenho todo respeito à revolta, à cobrança, à questão do direito individual, às falas aqui dos contrários à tese de proibição do desarmamento, mas tenho também todo respeito com os diferentes, que pregam a cultura da paz, que acham que este caminho até hoje estabelecido, e dentro dele está a venda de armas, não funcionou.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Um minuto.

O SR. CARLOS BRITO – Talvez, Sr. Presidente, há a chance - não preciso de um minuto para dizer – de buscarmos um outro caminho, acreditando nas pessoas e nas transformações a partir delas e não da economia. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Agradecemos a participação do Deputado Carlos Brito.

Convidamos o Dr. Adão Flores para usar da palavra.

O SR. ADÃO FLORES – Senhores e senhoras aqui presentes, senhores da Mesa, Deputado Humberto Bosaipo, através do qual cumprimento os demais membros da Mesa.

O assunto desarmamento naturalmente tem sido um assunto muito palpitante, atualmente divulgado perante a sociedade brasileira, mas devemos convir também e temos o redobrado cuidado com relação a certos organismos internacionais ligados à ONU, porque quando se lê, quando se fala ONU, deve-se ler Estados Unidos da América do Norte.

Quanto ao interesse muito grande de denegrir a imagem de nosso País, vamos direto a esse organismo de reconhecimento internacional que se chama UNESCO. Este se preocupa com a fome, se preocupa com a vida, se preocupa com o armamento, se preocupa em mostrar péssimas imagens de nosso País, mas não apresenta soluções.

Vamos desarmar o cidadão de bem e deixar armados os bandidos. Será a mesma coisa que nós colocarmos uma placa em frente de nossas casas com os dizeres: “Eu colaborei com a paz, colaborei com o desarmamento. Senhor ladrão pode entrar que a casa é sua” (PALMAS).

Vemos estatísticas escandalosas divulgadas pela UNESCO, que todos nós aqui usamos e aceitamos sem falar nada. Não sabemos de onde vem, apenas as copiamos, as divulgamos e fazemos com que os nossos conterrâneos, os nossos amigos e irmãos brasileiros as aceitem através da mídia. Isso é uma vergonha. Será verdade tudo que a UNESCO fala sobre a água, sobre a biodiversidade, sobre a miséria do Brasil, sobre as armas que tem no Brasil? Só numa estatística

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

escandalosa milhares de armas tem no Brasil. Ouvimos, agora a pouco, que o maior número de armas que tem no Brasil são armas brasileiras. Só que ninguém falou que são garruchas artesanais, garruchas especializadas, espingardas de um tiro só, que muitos homens da zona rural ainda mantêm em suas casas para defender suas famílias dos ladrões que hoje inclusive se dão ao luxo de invadir as propriedades rurais de nosso país.

Vejam como os organismos internacionais fazem questão de denegrir a imagem do Brasil aqui e no exterior, pois têm interesses crônicos de tomar posse de nossas riquezas minerais, hídricas e das biodiversidades. Particularmente os seus interesses baseiam na Amazônia Brasileira, em toda Amazônia da América do Sul. A brasileira porque é a última que eles ainda não conseguiram tomar. Já tomaram a venezuelana, já tomaram a boliviana, já tomaram a da Colômbia e procuram bases para que as suas aeronaves possam pousar nas imediações da Amazônia brasileira para que, num momento oportuno, possam tomar a nossa Amazônia. Por quê? Porque temos um almoxarifado e matérias-primas na nossa Amazônia que é a biodiversidade, que são nossos potenciais aquíferos e os nossos potenciais minerais que despertam a cobiça de todas as nações ricas do mundo. Isto sem contar os lençóis petrolíferos.

Ouviram-se discussões passadas, em outros Governos, sobre o BID Pantanal. Falou-se em quatrocentos milhões de dólares, duzentos milhões de dólares para Mato Grosso, duzentos milhões de dólares para Mato Grosso do Sul, só que se delongou essa discussão durante quatro anos. E, durante esses quatro anos, organismos internacionais procuraram adquirir todas as jazidas minerais que temos no Pantanal Mato-grossense. Adquiriram as terras que circundam o Parque Nacional do Pantanal, onde está situado uma das maiores jazidas de urânio e plutônio do mundo; adquiriram o Morro do Acorizal, que é segunda maior jazida de ferro e manganês do País; adquiriram a Serra do Amolar, nas proximidades de Corumbá, onde tem o Morro do Azeite e onde está localizado o lençol petrolífero do pantaneiro.

Essas são algumas das causas que nós temos que trazer aqui ao conhecimento dos senhores, porque um País desarmado é mais fácil para ser evadido e é mais fácil também ser maculada a sua soberania.

Por que eles não desarmam a França? Por que não desarmam a Inglaterra? Por que não desarmam Israel? São países armados até os dentes.

Nós vimos, através de um artigo do ex-Ministro Rubens Recúpero intitulado “O eixo do mal”, isto há uns três anos, que o Congresso Americano aprovou uma verba astronômica, mixuruca, de duzentos e setenta e nove bilhões de dólares para se investir em sete anos num aprimoramento bélico e aeronáutico das forças militares americanas, chamando, inclusive, para isso, todos os cineastas, autores de filmes de ficção, para ajudar o pentágono a aprimorar junto com os militares americanos os armamentos e as aeronaves americanas.

Hoje, nós vemos aviões americanos, ingleses, parecendo gafanhotos, carregados de ogivas, de mísseis nucleares, etc; enquanto nós, no Brasil, temos sucatinha aí, uma simples metralhadora de porte, que não vai fazer nada contra aqueles aviões PT, que eles têm hoje na OTAN. Vendem para nós brasileiros as sucatas que eles não usam mais: navios, torpedeiros, fragatas, aviões velhos, que não querem nem nos vender peças. O pior é que os nossos governantes aceitam tudo isso, debitando milhões e milhões de dólares na conta da sociedade brasileira, como a querer subestimar a inteligência do povo.

Vi aí uma estatística que a nossa querida organização mundial, que mencionei para vocês, não divulga, a UNESCO. Não divulga, por exemplo, que o Estado do Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro que tem o maior número de áreas por domicílio, entretanto é um Estado que tem o menor número de homicídio. Eles preferem divulgar as mazelas dos nossos governantes, das favelas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

do Rio de Janeiro, de todas as favelas brasileiras, preferem mostrar as misérias dos nossos morros, mas não mostram as coisas boas que o Brasil tem e não mostram também, para nós brasileiros os interesses que eles têm no nosso almoxarifado chamado Brasil, através dos nossos potenciais aquíferos, minerais, petrolíferos, etc.

Vide o sucateamento das nossas Forças Armadas: Marinha, Aeronáutica e Exército brasileiro, o nosso glorioso Exército brasileiro. Passei um outro dia na Av. Lavapés, atualmente Costa e Silva, olhei para o nosso antigo 17º BC, hoje 44º BIN, eu vi uma só lâmpada acesa dentro do nosso Batalhão. Pergunto para vocês: por quê? Segurança nacional? Não, economia de guerra, porque não dispõem de recursos para manter as lâmpadas do Batalhão acessas. Isso é sucateamento das nossas Forças Armadas.

Vide o sucateamento proposital das nossas forças policiais em todo o Brasil: baixos salários, falta de estruturas, falta de treinamentos específicos aos nossos policiais, falta de equipes de elites e assim por diante. Um ou dois meses atrás, estive no aniversário de um amigo nosso, no *Lions* do CPA, e fui com a minha esposa. Saímos de lá meia-noite e meia, devemos ter chegado a nossa casa quinze minutos após, no Bairro Araés. Não vi, senhores, nenhuma viatura policial durante todo esse trajeto. Isso quer dizer o quê? Que a cidade está à mercê dos bandidos e nós somos induzidos a nos desarmar. Eu digo para vocês que não tenho arma em minha casa, não ando armado. Eu sou como o pastor falou, eu acredito em Deus, entrego a minha vida a ele e assim eu ando. Mas eu sou contra o desarmamento. Desarmamento de lares que precisam ser policiados, de lares que estão no meio dos bandidos, nos bairros perigosos das nossas cidades, não só de Cuiabá. E os desleixos que os nossos governantes têm com a nossa polícia, inclusive eu respeito aqui os nossos Coronéis, sei que eles não são culpados. Há momento em que o cidadão chama uma viatura da polícia e a polícia diz que não tem gasolina. Se o cara quiser fazer a diligência tem que colocar gasolina no carro da polícia.

No entanto, como vocês vêem hoje na mídia diariamente a verba para publicidade enganosa dos nossos governantes sai aos borbulhões, não falta nunca, é a nova forma que encontraram de sucatear o erário público brasileiro

A Bíblia fala assim....

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – O senhor tem dois minutos.

O SR. ADÃO FLORES – A Bíblia fala que o mundo terá um só governo e um só exército. E tudo está caminhando para isso. Vejam as forças da OTAN, vejam os investimentos nos planos interplanetários dos Estados Unidos, que mantêm a Rússia como a 8ª potência, simplesmente porque ela detém a tecnologia aeroespacial.

Nas estatísticas, as organizações internacionais não falam que os Estados Unidos mataram dez milhões de índios na corrida para o Oeste; não falam que destruíram duas cidades japonesas na II Guerra Mundial de 1945, com bombas atômicas; não falam que destruíram o Afeganistão, que estão destruindo o Iraque e que irão destruir e invadir outros países, desde que tenham jazidas minerais, aquíferas ou petrolíferas, que lhes interessam.

E nós temos que orar, pedir a Deus, que não invadam o Brasil. E que nós não desarmemos os nossos homens amazônicos, para que possamos defender a soberania do nosso país, proteger as nossas jazidas minerais, os nossos lençóis petrolíferos e a nossa grande biodiversidade amazônica, que é a maior coбиça, despertada nos países ricos do mundo.

Vide o eixo do mal. Está progredindo, está avançando e não tem jeito de voltar atrás. As causas das mortes por arma de fogo no Brasil e no mundo, em primeiro lugar, é a educação, a fome, o álcool e as drogas. Os responsáveis, os nossos governantes, gastam somas milionárias em propagandas enganosas e não investem na educação da nossa juventude. E os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Estados Unidos colaboram com tudo isso, porque é o maior produtor de vídeos, de filmes, de computadores, que ensinam a nossa juventude a não assaltar, a não matar e a não roubar.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a participação do Dr. Adão Flores.

Vamos ouvir o Sr. Gilson de Barros.

O SR. GILSON DE BARROS - Pastor, Deus criou o homem, Samuel Colte igualou-os.

Aqui à direita o meu psiquiatra, psicólogo: vós que quereis a paz, preparai-vos para a guerra. Foi assim que um seu colega falou.

Exmº Sr. Deputado Humberto Bosaipo, Srs. Deputados Estaduais, Secretário de Estado.

Com que prazer podemos fazer reflexão da bíblia, do homem que armado com chicote expulsou os ladrões do templo e que hoje, ao negar, por alguns dos seus seguidores que querem transformar esta nação em um bando de eunucos acovardados diante da prepotência, diante da arrogância e até diante do histerismo daqueles que não gostam de um pedaço de metal industrializado como arma de fogo. É um histerismo imbecil. Seria risível a tese se não fosse tão danosa para nós que sofremos na carne e na alma a insídia da violência incontida. Como é bom enganar os idiotas.

Quem vos fala é Deputado Federal por duas vezes e lá no Congresso Nacional tivemos a honra de presidir a Comissão de Segurança Nacional deste País. Ex-Sargento do Exército, com muita honra, formado pela ESA, Escola de Sargento das Armas, combatente de infantaria por sete anos e meio, até que um acidente no curso de pára-quedista nos fez voltar à tropa, depois ao mundo civil, até entrar na política. Mas houve tempo, sim, para adquirir experiência, presidindo a Comissão do Índio, a Comissão dos Transportes, como conferencista na OEA para defender a revolução nicaragüense sandinista das garras, da arrogância norte-americana e com experiência da realidade da violência comandando patrulhas mistas em São Paulo, no Rio de Janeiro e também em Cuiabá.

Mas me espanta a ousadia de alguns que nunca sentiram na cara a violência do tapa injurioso, para saber, todos nós, fundamentalmente, somos animais. A arma, aqui já foi dito, serve para matar, mas, inquestionavelmente, também serve para defender.

Agora, o que não se pode é transformar num povo de idiota, que aceita, assim, dados que ninguém sabe de onde vieram. E aqui bem ressaltou o Adão - Adão é sempre o primeiro... E os interesses com que esses dados são jogados à opinião pública nacional no instante em que os Americanos do Norte se preparam para tomar a água da Amazônia, da mesma forma como tomaram o gás, o petróleo do Afeganistão, do Iraque, assim na cara de todo mundo, de uma forma despudorada, cínica, audaciosa. E hoje o submisso Governo Brasileiro, seqüenciando um Governo mais submisso ainda, ouviu Deputada Verinha Araújo, consegue engalar, enganar através dos mensalões (PALMAS).

Através do controle, do mensalão - reconheço, Vossa Excelência - que começou no Governo passado. Mas hoje tenta envolver a nação brasileira na busca de um plebiscito, após um diálogo de uma boca só. E aqui eu chamo atenção dos nossos grandes magistrados aqui presentes, porque aqui só falaram eles, só mentiram eles.

Eis aí, Deputado Humberto Bosaipo, a grandeza deste ato, porque está dando a nós, o povo brasileiro, através da voz no Brasil, de falarmos também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

De vinte dois a vinte três vezes usei minhas armas, na minha defesa, de minha família, ou de meus vizinhos, ou dos meus soldados, e nenhuma vez perdi.

É mentira a estatística que diz que de cada 16 pessoas que reagem à agressão injusta e imoral pelas armas, 14 morrem... (PALMAS)... Isto é mentira. Ninguém assina essa estatística atirada na cara do povo brasileiro como se idiotas todos fôssemos.

É preciso parar de mentir neste país. É preciso que recobremos a verdade lúcida. É preciso que certos pastores se recomponham com a figura do Cristo físico para que não recebam nas costas a carga do seu chicote, que é a arma que ele dispunha no momento.

Não sou um apóstolo da violência, não prego a tese de que todos devam estar armados. Não! É direito do homem ser covarde. É! E eu morro por esse direito. Ele não gosta de armas, que não a use, mas que ele não tenha a arrogância e a violência de impedir que outros usem na defesa da sua honra, da sua mulher e dos seus filhos.

Agora, se o sujeito é masoquista, se ele quiser conviver numa cidade, numa sociedade onde alguns têm armas e outros não têm, porque são subumanóides, que se apresente assim e peça, de imediato, também, a extinção das forças armadas. Por que não? Por que não? Que país é este, onde alguém é supermacho e alguém é superbosta?

Que país é este, onde alguns usam armas porque são seres superiores e outros sequer têm direito de evitar ou de espernear? Não, senhores! Esse desarmamento poderia ser válido, e tentou ser válido lá na Austrália, poderia ser válido, e tentou ser válido na Suécia e na Inglaterra. Mas todos nós sabemos que isso não deu certo, todos nós sabemos que não deu certo, e hoje a polícia inglesa com armas mal empregadas matam até brasileiro, provando que a polícia inglesa tem arma, sim, senhor! Porque se não as tivesse, não manteria a paz, não manteria a ordem. Eu não quero viver numa sociedade em que o cabo Silva, lá da esquina, vem mexer com a minha filha, vem assediar a minha linda e belíssima mãe. E eu, um merda impotente diante do assédio do mais forte, do armado.

Eu não quero ver o Mike Tyson assumir a Presidência dos Estados Unidos, embora talvez fosse melhor do que esse atual, e dizer que é o senhor do mundo; ou o Maguila, aqui no Brasil, tirar o meu amigo Lula - hoje, ainda escravizado por má companhia do Governo - e assumir trogloditamente a autoridade máxima da república. Não, senhores, isso tem que parar!

No nosso *site*, o bedelho, e aqui vou aproveitar, Sr. Presidente, para fazer uma propaganda...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – O senhor tem mais dois minutos.

O SR. GILSON DE BARROS – Ótimo, é mais do que necessário esse tempo.

No *site* www.bedelho.jor.br, nós temos algumas matérias contra o desarmamento, produto de reflexão, sinceras. Nós aqui respeitamos as opiniões daqueles que pensam diferente, até porque nós somos, mas nós somos verdadeiramente, democratas. Agora, não pregamos a arma para todo mundo, porém, muito mais, somos contra que o Estado subjugu o cidadão. Entendemos que o Estado existe para o homem e não o homem para o cidadão. Eu não posso admitir o poder do Governo em tirar do cidadão o direito de se defender, principalmente quando ele, os governantes deste País, pagam mal a sua polícia, equipam mal a sua polícia e até desprestigiam a sua polícia.

Aqui em Mato Grosso, na semana passada, no jornal *A Gazeta* está escrito assim: “Homicídio aumenta 72% em Cuiabá.” É verdade ou mentira? Aliás, isso não precisa estar nas estatísticas, porque todos nós sabemos, vemos e notamos. E olham os senhores que, sem favor nenhum, e quem fala aqui não é Ouvidor-Geral deste Governo, mas é o cidadão, é o jornalista, nunca houve uma polícia tão eficiente como hoje em Mato Grosso. Isso não é favor, e nós não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

estamos aqui para agradecer o nosso Secretário de Segurança Pública, até porque não precisamos disso, quem puxa saco é bandido. E eu sou um homem que se caracterizou pela altivez e pela coragem de dizer o que sente.

Mas se quisermos aumentar a violência neste país e só desarmarmos o cidadão honesto, para desequilibrarmos a relação de forças. E eu gostaria até que todos aqueles que defendem o desarmamento, meu companheiro Adão, que todos mandassem fazer uma faixa e a colocassem à frente de suas casas, uma faixa assim: eu sou da paz, eu sou delicado, aqui não entra armas, minha esposa é linda, minhas filhas são gostosas... Eu queria que ele fizesse isso... (PALMAS).

Mas não fazem, porque eles sabem que arma de fogo numa situação dessas, em que os critérios de valores são modificados, em que há drogas, em que há traficantes incontidos, modificaram o quadro de bem estarem. Eles sabem que isso seria correr perigo. Eles sabem que estão mentindo. Eles sabem...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Dr. Gilson, seu tempo...

O SR. GILSON DE BARROS - Esgotado está o meu tempo, Sr. Presidente, mas eu confio em Deus que não vai se esgotar nunca a paciência desta platéia de procurar daqui para frente trocar mais idéias, para compensar a imensa propaganda que aí está sendo feita. Através de uma mentira, de um equívoco que não leva a coisa nenhuma.

Se quisermos a paz, Dr. Psicólogo...

(O SR. NOI SHEFFER FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GILSON DE BARROS – Concordo! Vamos nos preparar para a guerra...

O SR. NOI SHEFFER (FORA DO MICROFONE) – Eu não sou covarde.

O SR. GILSON DE BARROS – Eu não disse isso, eu não disse isso. Pelo contrário, eu conto com Vossa Excelência para esta guerra que estamos enfrentando, porque eu o acho valente, e não preciso ser agradável a ninguém.

Da mesma forma, Pastor, lembrando do Cristo, vamos pegar o nosso chicote e expulsar os ladrões do templo, para que um dia possamos, aí sim, desarmarmos, todos nós, viver em paz com a nossa consciência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS BRITO – Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Eu agradeço a participação do Sr. Gilson de Barros.

Lamentavelmente, o nosso tempo corre e eu ainda tenho aqui cinco pessoas inscritas para emitirem suas opiniões, e é por isso que tenho que cobrar esse tempo, em virtude de dar oportunidade a outras pessoas. Mas agradecemos a sua participação, Sr. Gilson de Barros.

Com a palavra, para uma questão de Ordem, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO – Sr. Presidente, uma vez que esta reunião é registrada em Ata pela Assembléia Legislativa, que não fique, pelo silêncio, a nossa concordância com a forma descortês como foi tratada algumas das opiniões expressas nesta Casa.

E também uma sugestão de uma faixa. Talvez alguns precisem usar um outro cartaz dizendo: Eu sou homem e macho, porque tenho uma arma, e não porque me basta a condição dada pela natureza e por Deus. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós vamos ouvir...

(O SR. GILSON DE BARROS FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Dr. Gilson, eu peço que o debate seja de uma forma altaneira, até porque há uma desproporção extraordinária de tamanho do senhor em relação ao Deputado, e seria uma...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. CARLOS BRITO – Já pensou se eu tivesse uma arma?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Eu quero ouvir a Sr^a Odilza Sória Sampaio da Associação dos Familiares de Vítimas de Violência de Mato Grosso (AUSENTE). Na seqüência, vamos ouvir o Sr. Enzo Ricci Filho, Advogado.

O SR. ENZO RICCI FILHO – Eu quero dar o meu cordial bom-dia a todos e ao Deputado Humberto Bosaipo por promover esta assembléia.

Eu vou ser breve pelo adiantado da hora.

Eu só queria dizer que não pela minha posição, mas eu sou contra o desarmamento. Primeiro porque eu acho que a lei já nasceu de uma forma viciada. Há dois anos que o pessoal fala sobre esse desarmamento e combate o desarmamento sem dar igual parcela de tempo às pessoas para que elas possam julgar o SIM ou o NÃO sobre essa votação.

Em segundo lugar, eu quero relatar um parecer em que um professor de Direito Penal da Universidade de Juiz de Fora disse que Hoffman já tinha dito que um indivíduo possui direitos e são anteriores à liberdade da criação do estado, por isso deve-se respeitá-los. Quando o homem sacrificou parte da sua liberdade para possibilitar a vida em sociedade, em hipótese alguma ele renunciou o seu direito à vida e nem aos meios de promover a autodefesa quanto a agressões injustas. Acabar com as armas pode dizer que redundará no restabelecimento da lei das selvas, onde os fracos e os bons serão na certa vítimas dos fortes e maus. Além do mais, diga-se de passagem, os maus, além de fortes, andarão cada vez mais armados por não se intimidarem facilmente frente à coerção das leis.

Eu sou a favor de que haja um maior controle sobre as armas e não tolher um cidadão de bem de um direito constitucional que ele tem de escolher.

Essas são as minhas palavras. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós queremos agradecer a participação do Dr. Ricci.

Convido o Sr. Alino Cardoso Filho, professor da UNIC.

O SR. ALINO CARDOSO FILHO – Sr. Deputado Humberto Bosaipo, na pessoa de quem eu cumprimento todos aqui presentes, algumas falácias, também colocadas aqui hoje nesse debate, são passadas a pessoas mal esclarecidas de como se procede. Essa coisa de cidadão comum comprar arma ou bandido comprar arma com facilidade, só a segunda hipótese é possível.

Eu adquiri uma arma legalizada em 2003, dois anos atrás. Eu não encostei a mão nessa arma até hoje. Até hoje, senhores, eu não encostei a mão. Por quê? Pela burocracia que existe para o cidadão de bem possuir uma arma. E vem falar demagogia aqui, da facilidade que tem. Eu quero ter. Tenho direito. Não consigo. Já paguei inúmeras taxas. Fiz teste psicotécnico. Fiz teste de tiro. Certidões negativas, até da minha cueca, e nada, nada. Nada. Enquanto isso, logicamente, sempre, polícias e outras autoridades podem ter. Conseguem. Conseguem.

Estive na Polícia Federal agora, semana passada, para ver, pedir, ajoelhar, pedir pelo amor de Deus, porque eu quero ter a minha arma legalizada. Vi centenas de carteiras prontas. Não! Isso aqui é só policial. Minha amiga, e eu, não sou gente? Não posso ter o direito? Eu sou um animal? Eu não atendi todos os quesitos da lei? Atendi. Atendi, e não consegui.

Então, para que essa demagogia? Já está difícilimo conseguir arma. Difícilimo. Bandido tem. Alguém aqui sabe de algum bandido que foi à loja e comprou arma? Que coisa ridícula! Vamos pôr a mão na cabeça! Bandido não compra arma em loja, pastor, Deputada...

A SR^a VERINHA ARAÚJO – Eu não sou pastora.

O SR. ALINO CARDOSO FILHO - Não, eu estou falando pastor e falei Deputada.

Não compra arma em loja, não.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Agora, vamos falar em dados, só que eu falo de dados concisos e de onde foram tirados. Isso é uma pesquisa de doutorado da USP, ou seja, isso aqui foi feito, avaliado, Professora Maria Amélia Nascimento. Foi feita essa pesquisa no extinto Carandiru, fazendo-se verificar o que o bandido temia mais ao entrar numa residência, qual o maior medo de encontrar ao entrar numa residência. E foram colocados vários tópicos: alarme, cão de guarda, segurança, suspeitar que o indivíduo da casa possuía arma.

Eu não estou com a pesquisa aqui, mas eu mostraria para vocês, não estou com ela aqui, mas posso arrumar futuramente cópia. O bandido tem medo da arma. O índice de bandidos que responderam que o medo, ao entrar numa residência, é da arma, chegou a 76,4%. Acreditem. Ele não tem medo de alarme. Ele não tem medo de cachorro. Ele não tem medo de segurança. Agora, se suspeitar que o cidadão que está dentro da casa tem arma, ele pensa duas vezes, companheiro. Ele pensa duas vezes.

Só um exemplo aqui para testemunhar essa teoria. Eu tenho uma casa atrás do Moitará, no Bairro Duque de Caxias... Essa postura minha, aqui, contra o desarmamento, eu deixo bem clara. Como professor da UNIC, da UNEMAT e Coordenador de Tecnologia da Secretaria de Estado de Saúde, todos sabem essa postura minha contra o desarmamento do cidadão de bem. Não sei se foi por causa disso. Eu morei cinco anos na casa do Bairro Duque de Caxias e nunca entrou ninguém. Deus, ótimo, também confio, pode ter sido. Eu saí de lá, entrou um outro inquilino. Esse inquilino foi assaltado seis vezes. Seis vezes. Eu fiquei com dó. Ele entregou a chave na imobiliária, chorando. Eu aceitei. Saiu de lá. Quem alugou a minha casa para escritório foi aquele amabilíssimo Sargento Jesus. Nunca mais. O tempo que ele permaneceu lá, nada. Por que será? Sorte? Deus também orando por ele?

Senhores, eu mudei para o Bairro Santa Rosa. O Governador Dante de Oliveira morava na mesma rua que eu. Eu comprei uma televisão 29 polegadas para o quarto da minha filha, a televisão anoiteceu e não amanheceu. Mudei no outro dia para a casa, estou lá há seis anos, nunca fui visitado. Toda a minha vizinhança ao redor já foi visitada, inclusive o meu vizinho da direita foi morto em assalto. É Deus também? A minha esposa jura dos pés juntos. Acredito. Mas será que não tem um pingão do medo do bandido?

Eu também, em toda essa campanha que acompanho, não vi nenhum deputado, nenhum ministro, nenhum senador entregando sua arma, a arma oficial. Arma oficial, porque no dia em que fui lá na Polícia Federal, realmente, tinham três armas do Senador Jonas Pinheiro, frias. Três armas frias. Isso eu vi. Estou falando oficial. Eu não vi! Se algum de vocês viu... Ou seja, é uma campanha desumana para tirar o direito de nós, cidadãos de bem, possuímos armas. Quem não quer ter, ótimo! Agora, por que tirar o direito? Por quê? Quer dizer que vai existir, como o Sr. Gilson de Barros falou, duas classes de pessoas, os seres supremos, assim chamados, vamos dizer, polícia, deputados, juízes, procuradores, promotores, autoridades em geral? O policial, coitado, vai chegar: eu sou desembargador; eu sou Secretário de Comércio... É deselegante. Você não vê uma situação dessa, tomar arma desse cidadão. Não vai. Vão ter esses seres supremos e nós, o restante da população, à mercê.

Pensem, reflitam esses acontecidos...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Professor, o senhor tem um minuto.

O SR. ALINO CARDOSO FILHO - Só para finalizar, eu gostaria muito que a Deputada Verinha Araújo, quando colocasse a faixa, de bater fotos para publicar em jornais, *Internet*, não é?...

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - O senhor coloca na sua!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. ALINO CARDOSO FILHO - Olha, isso aí, eu só estou colocando...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria que o debate não fosse dessa forma, professor.

O SR. ALINO CARDOSO FILHO - ... Porque até hoje eu não achei ninguém. Eu sempre faço desafios em todas as minhas aulas. Eu dou aula na graduação e na pós-graduação...
(A SR^a VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALINO CARDOSO FILHO - Computação.

Eu faço, todas às vezes, esses desafios e nunca achei. Então, como eu achei primeiro - não estou faltando respeito com a senhora - como a senhora foi a primeira vez, eu nunca tinha visto uma pessoa falar que colocaria. Então, eu gostaria de mandar essa documentação para o *Viva Brasil*, que é o segmento que nós estamos de acordo.

Bom, nós temos muitas outras coisas, mas como o tempo é curto, vamos ficar numa próxima oportunidade.

Muito obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradeço a participação do Professor da UNIC e da UNEMAT, Alino Cardoso Filho.

Como membro da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, eu gostaria que todas as contribuições para os temas, tanto favorável como desfavorável, fossem encaminhadas para a nossa Comissão na Assembléia Legislativa, porque nós vamos levar esse tema para os quatro pontos do Estado e a idéia da Comissão é ouvir mesmo os dois pontos de vista. Se o professor tiver alguma contribuição, essa pesquisa nos interessa...

O SR. ANTONIO CARLOS KERSTING ROQUE - Eu só gostaria de fazer uma colocação. Eu acho que esse referendo, se aprovado, revoga o artigo 23 do Código Penal, da legítima defesa.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Está registrada, então, a posição do Professor Dr. Roque.

Vamos ouvir Herodes Vieira, que é Segurança da Assembléia Legislativa.

O SR. HERODES VIEIRA - Bom-dia, Sr. Presidente, cumprimento a todos da Mesa.

Eu tenho a mesma opinião de que a idéia desse referendo do desarmamento é proveniente de organizações lá de fora. Porque há dez anos... Eu tenho parentes que são Majores, Coronéis do Exército, e eles já me falavam que os Americanos, os Ingleses tinham muito interesse na baderna nacional, do Brasil, e que tendo essa baderna, a possibilidade maior do caos, eles se infiltrariam aqui dentro.

E, principalmente, se essa questão do Amazonas... Inclusive, eu até vou procurar e fornecer ao Deputado, onde eu tenho da Margaret Thatcher, Ministro... Outras pessoas, Ministros da... Como que fala... Parlamentares lá do alto escalão, Americano e Inglês, dizendo - eu tenho na fita de vídeo, gravei numa madruca, de um canal desses de TV a Cabo, aonde eles falavam que a Amazonas, o Brasil está totalmente equivocado, que é deles. Que isso aqui é um patrimônio mundial e que eles têm direito de acesso, de liberdade de manuseio e etc.

Com relação ao desarmamento, eu quero dizer que sou totalmente contra, porque, desde que fui para o exército, passei a ter habilidade com arma, uso arma, tenho porte legal, fiz todos... Como já foi dito aqui, a burocracia para se conseguir a liberação, para se ter uma arma legalmente usada é muito grande, além do custo. Eu, particularmente, gastei do meu bolso R\$1.500,00.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Tenho habilidade plena com a arma, conheço, e, graças a ela, já tive inúmeros incidentes, já salvei a vida dos meus pais que, no horário do meio-dia, tiveram a casa invadida. Felizmente, eu chegando, pude abordar essas pessoas evitando um caos maior. E que, depois de descoberto, foi até problema de um pessoal aí que foi mandado, uma coisa dessas. E há vários casos, mas não vou ficar aqui relatando casos que aconteceram.

Eu tenho mais um fato para dizer da finalidade, que eu vejo, da pessoa competente usar a arma. Eu, junto com um empresário da Barrados Propaganda, chegando de um baile, às 03:00 horas da manhã, quando paramos na casa dele para deixá-lo, havia quatro pessoas dentro da sua casa. E eu disse: O que vamos fazer? Chamar a polícia. É o que eles foram fazer. Mas as pessoas estavam saindo com o carro do empresário, com o porta-malas lotado. Qual foi a primeira coisa que fiz? Peguei a minha arma e fiz os disparos necessários, não para imobilizar as pessoas, mas o necessário para desviar essas pessoas e para que elas abandonassem o local. Tanto que eles saíram pelos fundos correndo, o carro ficou lá aberto, com jóias, com todos os pertences dele, a polícia depois de uns dez minutos.

E uma outra vez, eu estava na minha casa, também, infelizmente, só de bermuda, lendo um código, quando, de repente, eram mais ou menos três horas, cinco pessoas, cinco elementos - como é o vocabulário militar - pularam o muro da frente, porque eu moro ao lado da casa do meu pai, entraram, renderam todo mundo, tinha uns amigos dele lá, o cara teve a petulância de entrar no meu quarto e falar que tinha eliminado o pessoal lá de cima, que seriam os meus pais. O que eu fiz? Além do preparo que tenho como segurança da Assembléia Legislativa, consegui agredir a pessoa - felizmente para mim, ela estava só com uma faca na mão - agredi essa pessoa, peguei a minha arma e o telefone sem fio e corri para frente para cercar os caras. Quando eu me deparei com eles, Deputado, estavam com armas enormes. O que eu fiz? Disparei contra o pára-brisa deles, eles fugiram, e nesse meio tempo eu ligando para a polícia e pedindo auxílio. Dali a pouco chegou. Mas eu consegui evitar o mal maior na minha família. Eu penso o seguinte: eles colocam muita estatística de que morreu fulano de tal, morreu sicrano, morreu não sei quem, mas eu queria que colocassem junto as estatísticas das pessoas que se defenderam, defenderam sua vida, sua família com arma (PALMAS). Eu já fui cercado na rua para tentar tomar... na época eu tinha uma *blazer* e tentaram tomar, só de eu mostrar a arma, as pessoas somem da frente. É como o cidadão falou, o professor da UNIC falou: se o bandido sabe que naquela casa tem alguém que sabe manusear e tem uma arma, ele não entra lá, em hipótese alguma. É exatamente como a história da faixa, ironicamente nessas casas das faixas, eles chegam, vêem que a pessoa é inocente, não tem arma, e eles entram à vontade. É um absurdo.

Então, eu nunca andei desarmado, ando totalmente armado, sou a favor daqueles... Agora, eu vejo o seguinte: a minha opinião com relação a isso aí, esse referendo aí é uma coisa manipulada. O Governo deveria fazer simplesmente o seguinte: esse dinheiro que eles gastam com vítimas, que eles dizem, essa fortuna que eles gastam, então que gastem com os militares dando material, dando combustível, dando munição, arma e aumentem o efetivo, não o contrário do que estão fazendo, que é deixar o povo sem nada, para depois a polícia começar a agir.

Então, vamos fazer o contrário. Assim que nos derem segurança total, eu guardo a minha arma, eu devolvo. Aí quando eles forem competentes, tiverem efetivos necessários, aí é que o Governo tem que começar, investindo e mostrando que é auto-suficiente para eliminar a marginalidade. E não deixar o povo à mercê.

Quem não gosta de arma, é problema dele. Eu não gosto de futebol, é ironia, não gosto de futebol... Algumas pessoas vêm aqui e falam: "eu não gosto de arma". O problema é particular de cada um. Eu acho o Brasil... Nessa democracia que nós estamos vivendo está existindo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

muita imposição. O povo tem que ficar sofrendo. Ah, eles decidem lá, um Senador... Eu falei lá na Polícia Federal, no dia em que eu fui lá, e o cara falou: “Essa lei partiu de um Senador, não sei de quem...” Eu falei: Por que você não manda investigar a vida dele? Ver com quem ele está tendo referência ou está tendo alguma influência, alguma coisa. Chega aqui e quer impor aqui, ah, você tem que largar a sua arma, você tem que não sei o quê. Cada um tem a sua vida particular. Eu acho que o povo tem que ser responsável e por isso que nós temos as leis.

Eu detive um cara dentro da minha casa, eu o prendi. Eu prendi o cara, chamei a polícia militar, e esta o prendeu. Sabe o que aconteceu no outro dia? O cara estava na frente da minha casa. Quer dizer, o Judiciário tem que fazer a sua parte nisso. O policial prende, se arisca, põe a vida dele em risco, leva para a cadeia, para, no outro dia, o cara estar passeando na rua. O que é isso?

Então, o meu protesto contra esse referendo. Eu sou a favor de que o cidadão tem que aprender, pelo menos. Quem não sabe, faça um curso, tire o seu porte. O que tem habilidade com arma, esse, sim, eu duvido que esteja nessas estatísticas (PALMAS), que esteja cometendo homicídio, que esteja matando gente.

Ah! Morreu não sei quem, mataram não sei quem... Vejam se essas pessoas tinham porte de arma. Não tinham! Quem tem porte de arma, tem habilidade, sabe usar na hora certa, não atira à toa, não. Só isso obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUBERTO BOSAIPO) – O último inscrito, o Sr. Joatan Alves de Oliveira. Com a palavra. Antes, para fazer uma questão de Ordem, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente dos trabalhos e todos os presentes. Quem conhece o meu trabalho no dia-a-dia na Assembléia Legislativa sabe dos meus princípios pessoais e até de religião. Eu entendo que, quando há uma ofensa, ela tem que ser reparada na mesma proporção. Então, eu reagi em relação às falas do ex-Deputado Gilson de Barros pelo entendimento que tive ofensivo aos contrários às idéias, e foi nesse campo que quis responder. Percebendo que possa ter havido a interpretação da ofensa pessoal, quero dizer aqui do meu respeito a cada um dos senhores e em particular, em especial à figura que representa Gilson de Barros para Mato Grosso. Então, em momento algum, Sr. Gilson, pretendi lhe ofender especificamente, mas combater a idéia de ridicularização daqueles que pensam diferente, tentando responder na mesma moeda.

Então, para que a gente não perca nesse ponto o que de bom resta nesse debate, eu me recomponho com Vossa Excelência com todo respeito, pedindo que consigamos seguir nossa estrada como sempre fizemos até hoje, em parceria e com amizade. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. GILSON DE BARROS (FORA DO MICROFONE) – A recíproca é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (HUBERTO BOSAIPO) – Eu passo a palavra ao Sr. Joatan Alves de Oliveira.

O SR. JOATAN ALVES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Vicente Canhas foi um grande indigenista, nos anos 80. Ele enfrentou a violência de frente, seja a violência do latifúndio, a violência rural, a violência de madeireiros, de grilagem de terras indígenas. E ele morreu, ali, vítima da violência. Durante mais de vinte anos, através da CNBB, das ONGs e tudo mais, ele lutou e morreu lutando contra a violência, e nunca teve uma arma em seu poderio.

Josino Tavares, no Bico do Papagaio, em Tocantins, da mesma forma.

Dom Pedro Casaldáliga, no Araguaia, já levou vários tiros, inclusive ameaças e tudo mais, e nunca foi encontrado com uma arma.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

João Bosco Burnier morreu em Ribeirão Cascalheira, na década de 80 - até tem aquela música Ribeirão Bonito, Cruz do Padre João -, e nunca foi encontrada uma arma com ele.

O líder do Movimento Viva Rio que luta contra a violência não abandona nunca um carro blindado e os seus seguranças com esquema fortemente armado.

São incríveis essas contradições!

Eu não acredito mais que a esperança possa vencer o medo num curto prazo em nosso País, assim como não acredito mais na política partidária. Durante a minha adolescência, desde quando passei na Federal, em 1987, para História, e eu tinha 17 anos de idade - eu acho que nem passei na Federal, eu passei num partido de esquerda, já entrei militando ali - eu sonhei um país, sonhei uma nação, eu imaginei que nós iríamos transformar tudo da água para o vinho, eu imaginei que a reforma agrária aconteceria, eu imaginei que o ensino superior seria reformado e que os trabalhadores lá adentrariam, eu imaginei que o desemprego seria combatido, eu imaginei uma sociedade de iguais, eu imaginei um mundo utópico. Tudo aquilo foi utopia na minha cabeça!

Hoje, eu estou vivendo a pior das minhas crises existenciais. Acabei, até, de perder a minha mulher por causa dessa coisa toda. É complicada essa situação da relação humana!

Eu imaginei que nós tentaríamos ter um projeto de nação, companheiro Roque, que nós pudéssemos trabalhar no dia-a-dia essas mudanças do cotidiano. E, na verdade, nós só damos seqüência àquilo que é direito arcaico e sanguinário deste País, que fizeram ao longo dos anos.

A questão do armamento é uma questão meramente pontual, como válvula de escape de Estado que se mostra ineficiente e incapaz. Simplesmente isso! É porque não consegui dar resposta para a sociedade na questão da reforma agrária, na questão da saúde, na questão de emprego, na questão da distribuição de renda. Então, eu preciso anestésiar a sociedade para dizer que se nós proibirmos dona Maria de ter uma faquinha para proteger a sua filha do estupro do filho do burguês que vai lá, no final da noite, buscá-la para passear no baguncinha, e se ela não fizer sexo com ele, ele a ameaça e a violenta sexualmente. Há várias formas de violência. Ela vai ser violentada, e a Dona Maria vai se sentir impotente para reagir contra aquela violência, mesmo havendo regularmente outras histórias verídicas no bairro.

A minha casa foi assaltada duas vezes. Quando a polícia chegou falou: “Porra, cara, porque você não deu um tiro no ladrão?” Foi o que o policial me disse. Aí, companheirada, é que está essa história, porque, na verdade, por omissão de uma tutela estatal, Deus, lá em cima, está pagando o pato de tudo. O nego vem aqui com Bíblia, outro chora, outro ora, outro diz que se Deus quiser vai resolver. E o deus Lula não resolve, o deus Blairo não resolve, o deus Wilson Santos não resolve, as pessoas constituídas não resolvem.

E a violência revela-se de várias formas em nossa sociedade. Quando determinados Deputados, Parlamentares, utilizam de corporativismos para fugir da persecução penal do Ministério Público, eles estão criando uma violência na sociedade. O cidadão sente-se impotente quando ele é denunciado, ou pronunciado, lá na Justiça ou no Ministério Público, porque ele não tem um grupo de pessoas para protegê-lo, para resguardá-lo dessa imunidade e tudo mais. Ele vai preso mesmo. Se ele for preto, puto e pobre, está ferrado. Ele até aparece no *Cadeia Nelas*, bonitinho, execrado socialmente. Quando ele chega lá, o Juiz só precisa assinar a sentença, já está imputada a sentença. E aí as instituições brasileiras protegem, protegem, juntam o Colegiado de Pares e dizem: “Não, vamos lhe dar a proteção da imunidade parlamentar”. Ou então, quando o filho da Dona Maria... E aí eu quero chegar e dizer, meus companheiros, que não temos como tratar o fenômeno da violência, via leis positivadas ou referendos manipulados por este ou aquele *lobby* social. Essa questão passa pela questão didático-pedagógico de educação e de formação de novo conceito, não criando políticas compensatórias para o Estado dizer: Eu vou proibir a arma, mas eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

vou baixar o nível de desemprego de 12% para 0,2%. Eu vou proibir a arma, mas todas as fronteiras, dois mil quilômetros de fronteiras mato-grossenses, brasileiras, quer dizer, vão estar literalmente vigiadas, Coronel, não vai passar sequer um comprimido de *ecstasy* para as pessoas se divertirem nas boates cuiabanas aos sábados à noite (PALMAS).

É isso que não dá! Por que o *ecstasy* é proibido neste país? Se eu quiser me divertir hoje à noite, via *ecstasy*, companheiro Roque, é só ligar para o fulano ou para o sicrano, que eles fornecem. Exemplificando, a cocaína é proibida! E quem não encontra uma trouxinha, Deputado Humberto Bosaipo, nesta cidade hoje para poder fazer as suas viagens? Quer dizer, é muito estranho você criar essas coisas. Eu nunca imaginei que companheiros de anos e anos de luta, de história, de jornada, de dialética, de profundos debates científicos e epistemológicos e tudo mais, chegassem ao final de tudo, imaginando que teríamos que pedir desculpas a esta Nação, dizendo que não tínhamos projetos para tudo isso aqui. Isso aqui é demais para o nosso umbigo, para o nosso nariz. Nós temos que continuar com as meras políticas compensatórias e ditas salvaguardistas nos momentos históricos para poder dar continuidade ao processo de dominação e exploração do povo do país. É isso que ocorre com este país hoje (PALMAS).

Concluindo, porque eu já falei demais, o meu tempo parece que passa muito mais rápido que o dos outros, eu quero dar uma sugestão ao Poder Legislativo deste Estado. Este é um ato oficial do Poder Legislativo, eu acho que nem deveria ter falado muitas coisas aqui, porque vai magoar muita gente que tem culpa no cartório. É o seguinte: poderia ser feito um grande documento, um manifesto em nível nacional, em nível local, estadual, remetendo à Mesa Diretora da Câmara para fazer, se possível, alteração legislativa para adiar o referendo, porque nós estamos votando as coisas no grito, no grito.

Eleição da OAB já é difícil, Roque. Você bota Faiad e João Celestino discutindo dois dias lá e ainda não dá para decidir quem é o melhor às vezes. Acertamos dessa vez, mas às vezes não acertamos. E aí corremos o risco de fazer o que fizemos, por exemplo, com o Parlamentarismo, Presidencialismo e Monarquia. Elegemos Lula Chefe de Estado e o José Dirceu Primeiro-Ministro, e aí dançamos. É isso, companheirada. Muito obrigado.

Outra coisa é correr logo, através dos movimentos populares, sociais, para acabar com a obrigatoriedade do voto. Eu não acredito mais em instituição político-partidária, porque eles se protegem, eles se coloca em uma redoma de vidro, eles estão lá todos protegidos. Se precisar, eles fazem pizza, fazem nhoque, fazem o cardápio que melhor lhe convêm. Está na hora de dizermos a eles que nós temos que ter o direito de votar ou não neles. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós agradecemos a participação do Sr. Joatan Alves de Oliveira, desejando que ele tenha melhor sorte.

Vamos ouvir, por último, está inscrito aqui... Eu já vou encerrar. Essa inscrição do Dr. Henrique chegou agora. Só um minuto.

Foram abertas as inscrições, mas antes do senhor tem o Dr. Henrique Alencastro e antes do Dr. Henrique eu vou passar ...

O Sr. Nataniel de Jesus – Questão de Ordem, Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, para uma questão de Ordem, o Deputado Nataniel de Jesus.

Nós estamos com trinta minutos já do nosso tempo estourado.

O SR. NATANIEL DE JESUS – A questão de Ordem, Deputado Humberto Bosaipo, é que quando as pessoas citarem o nosso nome... Eu estou aqui como Deputado, não estou numa igreja. Na igreja, eu sou pastor; aqui, eu sou Deputado. Eu não sou nego. Neguinho vem aqui com Bíblia. Mais respeito com os Deputados. Se você fosse tão bom, teria feito alguma coisa por

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

esta Nação. Agora, eu entendo porque sua mulher foi embora, o seu revólver não funciona. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o Dr. Henrique Alencastro.

O SR. JOATAN ALVES DE OLIVEIRA – Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós vamos ficar nesse debate aqui... Vamos ouvir a contribuição do Dr. Henrique?

O SR. JOATAN ALVES DE OLIVEIRA – Eu não ofendi ninguém aqui. Eu não me referi à vida pessoal dele.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Foi registrado já pelos dois lados.

(O SR. JOATAN ALVES DE OLIVEIRA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Companheiro, o senhor já falou na sua questão de Ordem.

Com a palavra, o Dr. Henrique Alencastro.

O SR. HENRIQUE ALENCASTRO – Gostaria de agradecer a oportunidade.

Bom-dia a todos! Bom-dia, Deputado Humberto Bosaipo; Coronel Orestes, colega de infância. É um prazer imenso estar aqui. Roque, meu colega.

Eu gostaria, inicialmente, de traçar apenas uma consideração do que penso a respeito do desarmamento. Eu sou intimamente contra o desarmamento.

Eu acho que quem tem que ter medo de um cidadão de bem armado, ou é um Governo tirano, ou é um criminoso, ou é um bandido. O bandido tem que ter medo do cidadão de bem que anda armado ou, então, um Governo que não tem um parâmetro, não tem uma medida para a coisa toda.

Nós vimos aqui, agora há pouco, nas estatísticas apresentadas pelo Coronel Orestes e outras estatísticas que foram ditas aqui, que a faixa etária das pessoas que mais morrem por arma de fogo é entre os 14 e os 24 anos de idade.

Veja bem, o cidadão acima dessa idade, dificilmente, morre por uso de arma de fogo, porque ele tem um pouco mais de consciência do que é uma arma de fogo.

Depois que nós tivemos a advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, nós começamos a ter um aumento considerável de jovens sem rumo, sem uma orientação pedagógica, sem uma educação, sem escola, não estou aqui Governo “a”, “b” ou “c”, mas o Estatuto da Criança foi feito para um país de Primeiro Mundo, e o que nós vivemos não é essa realidade. Nós vemos jovens hoje sem rumo, sem Deus no coração, falam que vão para o colégio e não vão para o colégio; garotas se prostituindo, com tenra idade de 14, de 15, de 16 ou até menos idade ainda. É um problema social que nós temos.

O problema do desarmamento esbarra em muitas outras coisas, que já foram ditas aqui - eu não quero me tornar repetitivo - mas o ladrão quando sabe que na casa de alguém tem arma, ele não entra. Não querendo, porém sendo repetitivo, mas de certa forma nós não estamos dando ao cidadão a única chance que ele tem de defesa do seu patrimônio, da sua família e de tudo mais. Nós temos presenciado movimentos de sem-terras, de sem-tetos, invadindo propriedades. Nós, que somos advogados, aprendemos na época de faculdade que um dos direitos mais mezinhos de direito admitido seria o quê? O direito à propriedade. E nem isso é respeitado mais. Nós temos comissões de sem-terras no mundo inteiro, no Brasil, principalmente em Mato Grosso, invadindo fazendas, porque eles não invadem mato, eles invadem fazenda que tem o pasto formado, está tudo bonitinho. Eles começam a encostar na cerca e daqui a pouco estão dentro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Então, são problemas que vão acontecendo ao longo de tudo isso. O problema do desarmamento é uma conseqüência da inatividade que o Estado tem feito ultimamente. Veja bem, a partir do momento que se desarma o cidadão, eu quero saber se a Segurança Pública vai ter como manter, em cada esquina da cidade, uma viatura com dois policiais dentro para cuidar do meu patrimônio. Nós somos violentados de várias outras formas, o ladrão entra na sua casa, aumento de preço de coisas e, psicologicamente, passamos por esse tipo de coisa.

O que quero dizer aqui é o seguinte, é só ler uma frase que foi dita já há algum, quando num País do mundo foi feita esta mesma campanha de desarmamento e lá foi desarmado também. Lá o cidadão, que era o Presidente do País, leu no discurso que ele fez, esta frase aqui: “O dia de hoje entrará para a história, pois pela primeira vez uma nação civilizada tem um registro completo de suas armas. Nossas ruas serão mais seguras, nossa polícia mais eficiente e o mundo seguirá a nossa liderança no futuro.” Quem disse isso foi Adolf Hitler, lá também foi feita uma campanha de desarmamento e o resultado nós não precisamos falar que o mundo inteiro sabe. O cidadão que não tem uma arma não tem nada. Ele está despido de qualquer tipo de defesa na casa para defender o patrimônio e a família dele.

É o que nós pensamos... (PALMAS). Assim como eu respeitei a opinião dos outros, respeitem a nossa também. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Pela Ordem, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Henrique, eu só disse que, não foi por conta de desarmar a população na Alemanha que houve o que houve com relação a Hitler.

Fica parecendo, pela fala que você diz, que pela fala que você coloca, porque desarmou... Não é isso, pelo amor de Deus. Vamos estudar, gente. Não foi isso. Não vamos falar uma bobagem dessa.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Sr. Josué de Araújo Coutinho. Só um minuto depois dele falar eu passo a questão de Ordem.

Até porque vamos dar oportunidade para o Presidente Josué de Araújo Coutinho, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública da Região Norte de Cuiabá, externar sua posição.

O SR. JOSUÉ DE ARAÚJO COUTINHO - Boa tarde a todos.

Para quem não me conhece, o meu nome é Josué, eu sou Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública, estou aqui nesta solenidade, fui convidado, para dar a minha parcela de contribuição.

Então, eu cumprimento o nobre Deputado Humberto Bosaipo, que está presidindo esta Sessão. Em nome dele eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

E quero dar aqui a minha colocação trazendo o clamor de algumas pessoas que fazem parte da nossa sociedade, que são os comerciantes de pequeno porte, que não têm condições de pagar uma segurança para cuidar do seu patrimônio, às vezes ele inicia com pouca coisa. Ele é um pequeno comerciante e não tem condições de ter lá um segurança armado para lhe dar o suporte na hora de fazer o seu caixa. Porque, às vezes, ele terminou a noite, não tem como levar aquele dinheiro para o banco e acaba tendo que guardar em casa.

Eu tenho aqui o clamor de algumas pessoas, que não vou citar nome, que foram assaltadas, tive o seu povo todo humilhado porque não tinha uma arma para dar um tiro para cima para frustrar aquilo ali. Tudo o que tinha para pagar o 13º eram seis mil reais, e foi levado. Algumas pessoas levaram coronhadas pela cabeça.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Então, eu sou a favor do desarmamento, mas com restrição. Que se coloquem as pessoas que trabalham na área de segurança, que expõem suas vidas em risco, que ele tenha o direito de usar arma.

E também um cidadão como esse que faz trabalho de segurança, chega em sua casa, alguém pode estar indo lá para lhe pegar e descontar alguma coisa.

Eu, como Presidente do Conselho, estou vivendo uma vida de ameaça depois que me apresentei como Presidente do Conselho de Segurança.

Existem pessoas me apontando diretamente para pessoas que se entregaram para serem marginais, que são traficantes, até no bairro, que já foram presas várias vezes, mas que não param presas. E aí, o que acontece? A gente está sob ameaça. Porém, não estou com medo, vou até a morte lutando.

Só que não queria que acontecesse o desarmamento de uma maneira injusta, tirar o direito de defesa. Por quê? Porque nós temos a polícia e ela tem crescido. Nós estamos vivendo um momento em que temos um Governador que tem investido de uma maneira... Interessante, ontem nós vimos lá a distribuição de viaturas; os policiais são eficientes, mas eles não são unipresentes, porque é muita, a população cresceu e a demanda é demais para os seguranças.

Então, nós temos que ver isso aí com a consciência, para não fazermos injustiça.

Muitas pessoas que têm morrido no bairro Três Barras são de confronto de malandro com malandro. São pessoas que vão lá vender a droga e que estão disputando ponto. Às vezes, o cidadão de bem mesmo está dormindo na sua casa, quando não estão trabalhando.

Então, eu agradeço pelo espaço que me foi aberto. Sou a favor que as nossas autoridades continuem fazendo, sim, um trabalho de desarmar aqueles que têm armas não registradas.

Se souber, coloque as melhores estratégias para descobrir, quando descobrir que alguém tem, vai lá, busca, toma. A pessoa que tem a arma... Existe muita pessoa que tem, eu já levei na Polícia Federal, já cooperei na arrecadação de arma, nessa entrega voluntária.

E o outro, sim, seria - tendo em vista que estou aqui presente, há pessoas que podem nos representar - aumentar os trabalhos sociais.

Existem pessoas que, às vezes, são estimuladas, o bandido chega lá e diz o seguinte: Olha, você está aqui morrendo à mingua, eu tenho dinheiro para contratar você ou o seu filho. Aí a mãe não sabe no que o filho vai ser contratado. Chega lá, ele diz o seguinte: É para você vender droga. Aí, ele vai lá e vende. Aí, aquela pessoa que comprou a droga diz que não tem dinheiro para pagar, ele diz: O que você está fazendo, vai lá e rouba a televisão do seu pai e da sua mãe ou, então, vai lá e assalta o mercado tal, assalta o Banco tal; vê o aposentado que vai sair do banco e assalta-o.

Então, nós temos que investir em projetos sociais, mas que aconteça mesmo.

Eu gostaria que os nobres Deputados que aqui estão, quando receberem lá uma liderança comunitária que está reivindicando uma ação social pelo seu bairro, acredite nela, seja dos presidentes dos conselhos de segurança, seja dos presidentes de associações dos moradores de bairro para... Eu tenho um projeto grande, mas é o seguinte: eu tenho patinado, patinado como aquele carro que está com cabo de aço num tronco fincado no chão.

Concluindo, eu agradeço aos nobres Deputados, e quero dizer para o nobre Presidente que eu sou seu irmão também, irmão de igreja.

Agradeço pela oportunidade e pedimos que, quando for lá, a liderança, receba. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós agradecemos a sua contribuição, Sr. Josué de Araújo Coutinho.

Vamos ouvir, por um minuto, o Joatan, por uma questão de ordem.

Eu só espero que...

O SR. JOATAN ALVES DE OLIVEIRA – Não, eu vou ser pontual, Sr. Presidente, eu fui citado aí, e não quero fazer polêmica sobre a questão.

São questões abordadas na pós-modernidade pela antropologia social pós-moderna, Sr. Deputado. A psicologia também tem trabalhado muito as questões da religiosidade, do proselitismo religioso no seio da memória humana inclusive. Com o fracasso das elites políticas e dirigentes nacionais, internacionais, transnacionais, o mundo está assim. Isso é típico de final de século, de final de milênio. Vem aquela crise do abismo, e então, você fica assim.

Este País, há dez anos, tinha o mesmo nível da Itália e Espanha e, de repente, hoje, está indo para o desembargo e tudo mais. Na verdade, nós estamos vivendo isso aí. Isso é típico do ser humano: essa crise de esperança. A crise da classe dirigente política neste País, ainda mais a atual vivida hoje e que eu ajudei a construir, é muito grave. Mais grave, inclusive, do que a batuta de um coronel, no período militar, Gilson de Barros, porque na época enfrentávamos a batuta lá, a espingarda, a arma e dizia-se o seguinte: que era por uma boa causa, pela democratização, pela liberdade e que um dia ela chegaria. Hoje, é uma crise psicossocial, uma crise que imputa o fracasso na mente do indivíduo e aí as igrejas emergem e surgem. Isso é típico, isso é científico - não é um cidadão comum, sem grande cientificidade que está falando, não -, isso é típico. Então, o proselitismo religioso se torna a redenção dessa falência do Estado que não dá saúde, educação, escola e que dá cidadania para o indivíduo. Era isso que eu queria dizer.

O senhor colocou uma questão, que eu desabafei até sendo honesto com o Plenário, uma questão pessoal minha. O senhor levou para isso aí. Eu nunca me projetei em cima de instituição nenhuma, eu nunca tive serviço público, função pública. Sou um cidadão comum. Apanho na vida. Já respondi até processo e fui absolvido. Se tiver que responder por outro, respondo nos termos da lei. Não é crime ser processado neste País, pelo contrário, é um direito constitucional...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós agradecemos...

O SR. JOATAN ALVES DE OLIVEIRA – ...E as pessoas imaginam que, porque ficam atrás de uma igreja, têm que ter um poder político para poder dominar não só a mente como cofre e tudo mais. Muito obrigado.(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Eu indago do Deputado Nataniel de Jesus se ele quer falar.

Então, vamos ouvir o Dr. Hélio Ramos, Presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB.

O SR. HÉLIO RAMOS – Desejar boa-tarde a Mesa e a todos os presentes. Só pedi para fazer uso da palavra para, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, enquanto Presidente da Comissão de Segurança Pública, nos colocar à disposição para os debates nos pólos regionais onde as subseções da OAB têm sede própria. Inclusive já encaminhamos à Presidência dos trabalhos que, onde a OAB tem essa estrutura, nos colocamos à disposição para também, como aqui em Cuiabá, abrirmos a possibilidade do debate, da discussão.

E é importante que se registre que o referendo trata, especificamente, da questão da comercialização de armas. Não me questionei ainda os efeitos que vão se dar com o sim ou com o não em relação ao estatuto do desarmamento, mas é interessante também que todas as duas partes, contrária e a favor, analisem que o referendo vai tratar da comercialização e que esses efeitos, em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESARMAMENTO E O REFERENDO
DA PROIBIÇÃO DE VENDA DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO, REALIZADA NO DIA 26
DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

cima do estatuto do desarmamento, do ponto de vista jurídico, técnico e formal, nós ainda não temos como avaliar. Nós temos até que estudar, portanto convido e convoco os senhores para que analisem essas questões também, não só em relação ao referendo em si, mas em relação ao que isso vai redundar de efeito prático, porque na verdade, ao que parece, vai se tratar especificamente de um artigo da lei. Então, nós temos que dar uma discussão mais ampla, e chamar outras pessoas também para o debate.

Eu quero agradecer o Deputado Humberto Bosaipo pelo convite. A Ordem dos Advogados, como sempre, se coloca à disposição para o debate da sociedade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós também agradecemos. E antes de encerrar, faço um convite para participarem do 1º Fórum de Direito Democracia e Tecnologia, do Instituto de Educação e Promoção Humana. Esse fórum vai acontecer com conferencistas de renome internacional. A participação é gratuita. Pode ser feita nos diretórios de Direito das Faculdades, Universidades, OAB. O período será de 31 de agosto a 04 de setembro, a carga horária é de 50 horas e o local é no Hotel Fazenda Mato Grosso. O certificado será entregue nos locais de inscrição a partir de 05 de setembro. Tem um telefone para informações.

Nós agradecemos a presença dos Parlamentares, da Srª Parlamentar, das autoridades convidadas, dos policiais militares; e agradecemos mais uma vez ao Dr. Faiad por este espaço.

A Comissão de Segurança Pública e Comunitária vai continuar debatendo esse tema mais amplamente até o plebiscito.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques.